

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICA**

**OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO E DA
GLOBALIZAÇÃO SOBRE O QUADRO SOCIAL
BRASILEIRO**

GILVAN DIAS DE LIMA FILHO

Fortaleza, Julho de 2000 - *J*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

**OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO
SOBRE O QUADRO SOCIAL BRASILEIRO**

Aluno: Gilvan Dias de Lima Filho

Orientadora: Maria Goretti Serpa Braga

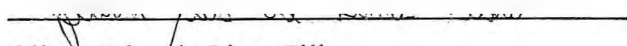
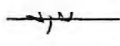
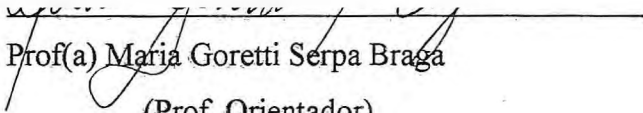
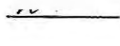
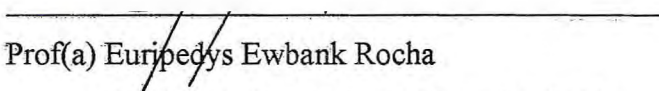
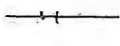
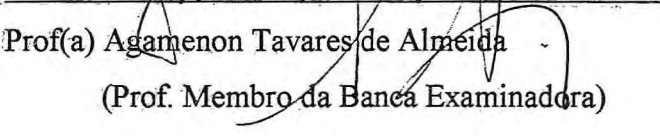
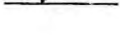
Monografia submetida à coordenação
do curso de Graduação em economia
da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos registros necessários
à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas

Fortaleza – Ceará

2000

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

	Média
<hr/>  Gilvan Dias de Lima Filho	<hr/> 
<hr/>  Prof(a) Maria Goretti Serpa Braga (Prof. Orientador)	<hr/> 
<hr/>  Prof(a) Euripedys Ewbank Rocha (Prof. Membro da Banca Examinadora)	<hr/> 
<hr/>  Prof(a) Agamenon Tavares de Almeida (Prof. Membro da Banca Examinadora)	<hr/> 

Monografia aprovada em 03 de Julho de 2000.

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus sonhos.

À Professora Maria Goretti Serpa Braga pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Aos meus pais, Gilvan Dias de Lima e Maria Nadja Silveira de Lima que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

Aos Professores Euripedys Ewbank Braga e Agamenon Tavares Almeida por fazerem parte da banca examinadora.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
--------------------------	-----------

Capítulo 1: O Novo Contexto Mundial – Neoliberalismo e Globalização

1.1. Introdução.....	04
1.2. Origem do Neoliberalismo.....	04
1.3. Princípios Gerais do Neoliberalismo.....	06
1.4. Implantação do Neoliberalismo.....	07
1.5. O Neoliberalismo e a Economia Mundial.....	10
1.6. A Globalização e a Consolidação do Neoliberalismo.....	12
1.7. Notas Conclusivas.....	15

Capítulo 2: O Brasil, a Globalização e o Neoliberalismo

2.1. Introdução.....	17
2.2. A Economia Brasileira Antes da Abertura Econômica.....	17
2.3. O Governo Collor e a Nova Ordem Mundial.....	19
2.3.1. O Plano Collor e o Ano de 1990.....	19
2.3.2. O Plano Collor II e o Ano de 1991.....	22
2.3.3. O Fim do Governo Collor.....	24
2.4. O Plano Real e a Continuação da Abertura Econômica.....	25
2.4.1. O Início do Plano Real.....	25
2.4.2. A Continuação do Plano Real.....	28
2.4.3. A Crise Brasileira	30
2.5. Notas Conclusivas.....	32

Capítulo 3: O Quadro Social Brasileiro Frente a Globalização e o Neoliberalismo

3.1. Introdução.....	34
3.2. Pobreza.....	35
3.3. Distribuição de Renda.....	37
3.3.1. A Distribuição da Renda Nacional de 1960, 1970 e 1980.....	37
3.3.2. Os Anos 90 Antes do Real.....	40
3.3.3. A Renda Nacional no Plano Real.....	42
3.4. Mercado de Trabalho.....	43
3.4.1. Desemprego.....	44
3.4.2. Trabalho Informal.....	46
3.4.3. Rendimentos.....	47
3.5. Educação.....	47
3.5.1. A Educação no Brasil.....	48
3.5.2. As Desigualdades Regionais.....	49
3.6. Saúde e Alimentação.....	51
3.6.1. A Saúde no Brasil.....	52
3.7. Habitação.....	57
3.8. Violência e Criminalidade.....	58
3.9. Notas Conclusivas.....	60
Conclusão.....	61
Bibliografia.....	63

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Taxa de Inflação – 1985/ 89	18
Tabela 02 – Taxa de Variação do PIB (Produto Interno Bruto) – 1985/ 89.....	18
Tabela 03 – Investimento Externo Direto no Brasil: Médios Anuais (US\$ Milhões).....	28
Tabela 04 – Juros Acumulados do CD (Juros do Mercado Interbancário, em % ao ano.....	29
Tabela 05 – Saldo da Balanço Comercial, em US\$ Bilhões.....	29
Tabela 06 – Total da Dívida Federal em Títulos, em R\$ Bilhões – 94/ 99.....	30
Tabela 07 – Variação do PIB, em (%) – 1993/ 99.....	31
Tabela 08 – Distribuição da Pobreza Entre as Regiões Brasileiras.....	36
Tabela 09 – Porcentagem de Crianças e Adolescentes Pobres por Regiões (%).....	36
Tabela 10 – Distribuição de Renda no Brasil nas Décadas de 1960, 1970 e 1980.....	38
Tabela 11 – Distribuição em Porcentagem da Renda Entre Classes Sociais em 1990 (%)..	40
Tabela 12 – Evolução Recente do Crescimento e da Desigualdade – 1989/ 95.....	42
Tabela 13 – Evolução do Índice de Concentração de Renda – 1998/ 98.....	43
Tabela 14 – Porcentagem do Desemprego Aberto nas Regiões do Brasil – 1991/ 99.....	45
Tabela 15 – Taxa de Analfabetismo no Brasil (Por Faixa Etária e Porcentagem) – (%).....	48
Tabela 16 – Porcentagem da População Adulta Analfabeta (%).....	49
Tabela 17 – Porcentagem de Analfabetismo por Regiões, nos Anos 1970 e 1996.....	50
Tabela 18 – Tempo Médio de Conclusão do Ensino Médio nos Anos de 1981 e 1997.....	50
Tabela 19 – Taxa de Repetência na 1ª Série nas Regiões Brasileiras - 1989 e 1997.....	51
Tabela 20 – Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil – 1994/ 98.....	53
Tabela 21 – Crescimento Vegetativo no Brasil – 1940/ 98.....	53
Tabela 22 – Número Total de Hospitais Disponíveis a População – 1994/ 99.....	55
Tabela 23 – Número Total de Médicos, Dentistas e Leitos Disponíveis – 1994/ 99.....	55
Tabela 24 – Doenças Infecciosas – Evolução do Número de Casos – 1991 e 1998.....	56

Resumo

Este trabalho investiga, através da análise de dados, os efeitos que a doutrina neoliberal e o processo de globalização tiveram sobre o quadro social brasileiro.

O período de tempo escolhido, estende-se do final do governo de José Sarney (onde iniciou-se o processo de abertura econômica) até o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (em 2000).

A preocupação dessa monografia se justifica ao se perceber a atual situação social do Brasil (em 1999, cerca de 57 milhões de brasileiros – equivalente a 35% da população do país – viviam em condições de pobreza, ou seja, com uma renda familiar per capita inferior 75 reais). (Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999)

Como variáveis de estudo foram selecionadas a taxa de pobreza, o nível de renda, o mercado de trabalho, o sistema educacional, as condições de saúde e alimentação, o quadro habitacional e os índices de violência e criminalidade.

Antes da apresentação dos resultados propriamente dito, foi feito um esclarecimento sobre o modelo neoliberal (deste a sua origem até a sua implantação e seus efeitos nos mais diversos países do mundo) e a globalização, e de que forma esses dois paradigmas foram introduzidos no Brasil.

Introdução

Apesar do retorno à ordem democrática, consolidada com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil não conseguiu suplantar os graves problemas sociais, econômicos, políticos e institucionais herdados do regime militar.

Os governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco foram marcados, não só pelo insucesso perante ao combate a inflação, como também pela falta de controle do déficit público e a ausência da retomada do crescimento econômico.

Também contribuiu, para o fracasso dos planos de estabilização implantados no país nesse período, a inexistência de uma melhor percepção ou entendimento, por parte dos líderes brasileiros, do que vinha acontecendo no cenário internacional.

Todavia, com a entrada de Fernando Henrique Cardoso e a implementação do Plano Real, o país passou por mudanças de rumo, tanto em relação ao cenário interno como externo, inserindo-se e sujeitando-se aos princípios e diretrizes do modelo neoliberal e do processo de globalização que já estavam consolidados nos Estados Unidos e em grande parte da Europa e Ásia.

A nível interno, o Plano Real, implantado em 01 de Julho de 1994, teve o mérito não só de cessar o processo inflacionário, à muito já instalado na economia brasileira, como também, num primeiro momento, conseguiu estabelecer a retoma de crescimento econômico (ainda que insuficiente, para o total desenvolvimento do país). A produção total cresceu quase 3% ao ano, no período que se estende de 1994 até 1998, alcançando no ano de 1994 sua maior taxa de crescimento – 5,85%. (Brasil em Exame, 1998, pág. 101)

No entanto, para o bom funcionamento da economia nacional, o Brasil teria que crescer a uma taxa de 7% ao ano. Além disso, já no segundo ano em que o Plano Real estava vigorando, a economia nacional passa a apresentar uma queda no seu ritmo de crescimento, acompanhada por um processo de estagnação com os mais diversos reflexos sobre a sociedade brasileira, com destaque para a manutenção do alarmante nível de concentração de renda e dos maiores índices de desemprego já registrados na história do país (em julho de 1998, a taxa

de desemprego, segundo cálculos do IBGE, chegou ao equivalente de 8% da PEA – População Economicamente Ativa – do país). (Folha de São Paulo, 26 de agosto de 1999, Caderno Dinheiro, pág. 01)

A nível externo, a nação também evidenciou aspectos diferentes em fases distintas. Nos primeiros anos do Plano Real o Brasil abriu suas fronteiras a livre entrada de produtos estrangeiros, procurando assim, evitar o aumento exagerado dos preços internos, o que por sua vez, fez com que a balança comercial brasileira apresentasse constantes déficits. A manutenção do real sobrevalorizado diante do dólar também prejudicou a balança de serviços, pois, aumentou os encargos da dívida externa (juros), favoreceu a remessa de dinheiro para fora do país, incentivou o turismo de brasileiros para outras partes do mundo, dentre outros resultados.

Em um segundo momento, mas precisamente, a partir de 1998, com o esgotamento do sistema de sobrevalorização da moeda e da abertura econômica feita quase sem controle, e com a conseqüente crise financeira que se instalou sobre a economia nacional (crise essa, fruto da fragilidade e submissão do Brasil frente ao capital especulativo internacional) os rumos do país mudaram. O governo brasileiro, foi obrigado mais uma vez em sua história, a recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional) a procura de empréstimos, aceitando uma série de imposições, muitas das quais, recessivas e nocivas à economia. Por sua vez, procurando cessar ou pelos menos diminuir a saída descontrolada de dinheiro das reservas nacionais, o país aumentou ainda mais as taxas de juros, para compensar a desconfiança dos investidores internacionais, que sempre consideraram o Brasil como um mercado de alto risco.

Todas essas mudanças políticas e econômicas, praticadas ao longo do década de 90 repercutiram no quadro social do país. É exatamente, com relação as conseqüências que o modelo neoliberal e o processo de globalização tiveram sobre o cenário social brasileiro, que o trabalho pretende estabelecer uma analogia.

Sendo que, no primeiro capítulo, será apresentado um estudo que observa o surgimento, as características e os efeitos da doutrina neoliberal nas mais diversas partes do planeta. Com respeito a globalização, também será apontados seus principais caracteres e suas conseqüências para a economia mundial.

O segundo capítulo, tem por objetivo mostrar a maneira como a economia brasileira adotou a política neoliberal e se inseriu no mercado mundial globalizado, enfocando para isso, o período que se inicia no governo de José Sarney e estende-se até o início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999).

O capítulo seguinte estuda, as conseqüências desse novo modelo político-econômico (neoliberalismo e globalização) para o quadro social brasileiro. Destacando seus efeitos sobre a distribuição de renda; a educação; a saúde; a alimentação; o sistema habitacional e o níveis de emprego, pobreza e violência do país.

Por fim, o encerramento do trabalho mostrará todas as conclusões que se depreendem dos resultados e dados apresentados ao longo da monografia.

Capítulo 1 - O Novo Contexto Mundial - Neoliberalismo e Globalização

1.1- Introdução

O objetivo central desse capítulo é o estudo da doutrina neoliberal e do processo de globalização, para um melhor entendimento do atual contexto mundial.

A respeito do neoliberalismo, serão observados, inicialmente, alguns fatos históricos que precederam a sua origem como pensamento econômico (destacam-se as idéias e a atuação favorável de Friedrich Hayek com relação a essa nova corrente ideológica). Em seguida, serão apresentados e explicados, os princípios que norteiam e constituem essa doutrina.

Posteriormente, discorre-se sobre o surgimento do neoliberalismo (descrevendo as condições econômicas e políticas que permitiram e beneficiaram a implantação desse modelo) e os efeitos sobre os países que o adotaram.

O capítulo segue, analisando a aceleração do processo de expansão do neoliberalismo no mundo (depois dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, foram a vez do Leste Europeu, da Ásia e da América do Sul implantarem as práticas neoliberais).

Finalizando essa primeira parte da monografia, será abordado o processo de globalização, salientando suas respectivas características e conseqüências sobre a economia mundial ao longo de toda a década de 90 (com destaque para o aumento da integração dos mercados financeiros e a expansão dos fluxos de capitais).

1.2- Origem do Neoliberalismo

O pensamento neoliberal iniciou a sua estruturação no final dos anos 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Allais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W. Röpke, A Rüstow e Müller-Armack. (Sandroni, 1998, pág. 240)

Entretanto, foi após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, regiões que já se constituíam nas mais importantes do mundo e onde o capitalismo imperava, que essa nova corrente econômica passou a ganhar mais espaço e atenção entre líderes políticos e intelectuais.

A doutrina neoliberal, foi mais do que uma tentativa de adaptação dos princípios do liberalismo econômico ao capitalismo moderno. O neoliberalismo, representou uma clara reação tanto teórica quanto política ao Estado intervencionista e do bem-estar (é um tipo de sistema econômico caracterizado pela acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais).

O texto que deu origem ao neoliberalismo foi "O caminho da Servidão", escrito por Friedrich Hayek em 1944. Tratava-se de uma obra que atacava de maneira feroz qualquer tipo de mecanismo criado pelo Estado que interviesse ou limitasse de maneira direta a livre atuação do mercado, configurando esse mecanismo como uma ameaça brutal a liberdade, não só econômico, mas também política. O texto também esclarece, que é o mercado (através do sistema de preços), o transmissor e processador de todos o conhecimento humano (a intervenção do Estado só dificulta a disseminação desse conhecimento). (Stewart Jr., 1995, pág. 29)

Em 1947, frustrando qualquer pretensão neoliberal, as bases do Estado de bem-estar haviam efetivamente se consolidado não só na Inglaterra, mas também em vários países da Europa, mesmo assim, nesse mesmo ano, Hayek convocava todos que compartilhavam com sua ideologia para uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os participantes encontravam-se não só adversários do Estado de bem-estar europeu, como também intelectuais que eram contra a política conhecida como New Deal, aplicada pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt. Na seleta reunião estavam nomes como o de Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Walter Lipman, Michael Polanyi, entre outros. (Sader; Gendili, 1995, pág. 10)

Foi a partir desse encontro que, se criou a Sociedade de Mont Pèlerin, um tipo de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu objetivo era combater o Keynesianismo (Tipo de modelo econômico que propunha a intervenção do Estado, para solucionar problemas tais como o desemprego através

de ações governamentais - ações que se materializavam quase sempre em empréstimos e financiamentos de obras públicas) e o solidarismo existentes no mundo, e preparar os fundamentos de um outro tipo de capitalismo, totalmente regido pelo mercado, livres de regras e principalmente da presença do Estado. (Sader; Gendili, 1995, pág. 10)

1.3- Princípios Gerais do Neoliberalismo

Os mais importantes valores da doutrina neoliberal (valores esses, que coincidem com os da escola liberal clássica), segundo a professora Maria Isabel A. Furtado, são:

❖ Individualismo: Esse princípio considera cada indivíduo como possuidor de aptidões e talentos próprios, atualizados (adquiridos) ou em potencial. Logo as desigualdades sociais fazem parte da ordem natural das coisas, fruto das diferentes habilidades de cada pessoa.

A função social do Estado seria de proporcionar a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais indivíduos, ao máximo de sua competitividade. Seria a partir de seus atributos que cada pessoa atingiria sua posição social. (Furtado, 1997, pág. 02)

Com esse princípio, a doutrina neoliberal não só aceita a sociedade de classes, como fornece argumentos que legitimam esse tipo de sociedade.

❖ A liberdade: O conceito de liberdade está totalmente relacionado ao individualismo. É da liberdade individual que decorre toda as outras: a liberdade econômica, intelectual, religiosa e política. Para essa doutrina, a liberdade é condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais. (Furtado, 1997, pág. 02)

A liberdade individual é o pressuposto básico do progresso e do desenvolvimento, logo, nada pode restringir a liberdade de uma pessoa, mesmo que essa liberdade individual contraponha-se a todos os interesses da sociedade.

❖ A propriedade: Esta é entendida como um direito natural do indivíduo.

O Estado existiria para proteger os interesses do homem que, pelo seu próprio esforço, acumularia bens e propriedades. Logo o neoliberalismo defende o direito da propriedade ilimitada. (Furtado, 1997, pág. 03)

- ❖ A igualdade: Outro valor importante para a compreensão da doutrina neoliberal.

Igualdade não significava igualdade de condições materiais, pois, assim como os homens não são iguais em talentos e capacidades, também não poderiam ser em riquezas. Logo, seria impossível aceitar que os homens fossem socialmente iguais. Pelo contrário, a igualdade social seria nociva, pois levaria uma padronização uniforme entre indivíduos diferentes. (Furtado, 1997, pág. 03)

A igualdade esta relacionada a igualdade civil, ou seja, perante a lei (por lei, todos os indivíduos tem iguais direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à proteção das leis) .

- ❖ A soberania do mercado: O mercado seria uma instituição superior porque, proporcionaria coesão e harmonia entre uma diversidade de interesses antagônicos; o mercado geraria a solidariedade mundial; o mercado seria fonte de toda a ética. Isto porque a origem da moralidade são as necessidades materiais do homem. E através do mercado esse beneficiaria a coletividade, sem nenhum sacrifício próprio. (Furtado, 1997, pág. 03)

Entretanto, além desses valores em comum com a antiga doutrina liberal, o neoliberalismo pregava ainda um disciplinamento da economia de mercado, ou seja, o Estado combateria o excesso da livre concorrência e procuraria alcançar e manter a estabilidade financeira e monetária do país (especialmente, controlando o déficit público e o nível de inflação, apontados como os principais causadores de distúrbios econômicos) .

1.4- A Implantação do Neoliberalismo

Durante toda a década de 50 e 60, as condições para a implantação das novas idéias neoliberais não eram favoráveis, pois, o capitalismo vigente havia entrando numa fase de auge, apresentando o maior crescimento de sua história (Esse crescimento foi consequência das mudanças que ocorreram na economia após a Segunda Guerra Mundial, tais como: a expansão interna e externa dos Estados Unidos; a reconstrução da Europa, com destaque para

o milagre alemão; o surgimento de grandes corporações, que se tornaram transnacionais; o extraordinário desenvolvimento do comércio internacional; o grande avanço da ciência e da tecnologia, alterando o peso relativo na composição dos preços dos produtos; etc.) (Brum, 1995, pág. 87)

Entretanto, em 1973, com a crise mundial do petróleo, todo o mundo capitalista entrou numa profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A partir daí as idéias neoliberais passaram a se disseminar por todo o mundo.

Os neoliberais apontavam como as principais causas dessa crise o poder excessivo e prejudicial dos sindicatos e o movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas lutas reivindicativas sobre os salários e com suas pressões parasitárias para que o Estado aumentasse os gastos sociais.

Como solução Hayek e seus seguidores propunham, o fortalecimento do Estado no que diz respeito a sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro. A estabilidade monetária deveria ser o objetivo principal de qualquer governo que quisesse sair da crise. Essa estabilidade seria conseguida através de uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos públicos na área social, e a reestruturação da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para enfraquecer os sindicatos. Além disso, tal estabilidade financeira e monetária, seria seguida de políticas anti-inflacionárias e cambiais. (Sader; Gendili, 1995, pág. 11)

Ademais, reformas fiscais eram necessárias, para incentivar os agentes econômicos. Dentre estas reformas se destacava uma redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa maneira, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

A liberdade econômica continuaria a vigorar, porém o governo teria a função de controlar os excessos da livre concorrência e a dominação dos mercados pelos grandes monopólios. (Mota; Braick, 1997, pág. 113)

Esse programa começou a ser implantado no final da década de 70 e início dos anos 80, tanto na Inglaterra como também nos Estados Unidos.

O modelo inglês de Thatcher foi o pioneiro e o mais radical de todas as experiências em países avançadas, pois, contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos mais altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego alarmantes, sufocou greves, impôs uma nova legislação anti-sindical e cortou gastos sociais, além de lançar-se num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústria básica como aço, a eletricidade, o petróleo, o gás natural e a água.

O modelo norte-americano foi bem diferente. Nos Estados Unidos, onde a muito tempo praticamente não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, como consequência, derrubar o regime comunista na Rússia (logo, não se respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, houve uma corrida armamentista que envolvia gastos militares fabulosos, que criaram um déficit público muito maior do em que qualquer outro governo da história norte-americana). Entretanto, deve-se ressaltar, que no plano interno Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e sufocou greves. (Sader; Gendili, 1995, pág. 12)

No continente europeu (com destaque para Alemanha, do primeiro ministro Helmut Kohl), os governos de direita deste período promoveram no geral um neoliberalismo mais cauteloso que as duas potências anglo-saxônicas, pois, mantiveram a ênfase na questão da disciplina orçamentaria e nas reformas fiscais, porém não tiveram o mesmo desempenho que Inglaterra e Estados Unidos no que de respeito aos cortes nos gastos sociais ou no enfraquecimento deliberado dos sindicatos.

Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria eram os únicos países europeus que ainda não tinham implantado a doutrina político-econômica neoliberal em suas nações. E, fora da Europa, o Japão era a única grande potência econômica do planeta que continuava isenta de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Nos demais países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - o objetivo dessa instituição é proporcionar aos países membros o crescimento econômico e a estabilidade financeira, através do

desenvolvimento do comércio e da manutenção do baixo índice de desemprego) (Sandroni, 1998, pág. 243), as idéias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam sido colocadas em ação.

1.5- O Neoliberalismo e a Economia Mundial

A doutrina neoliberal tinha vários objetivos a serem alcançados. Dentre estas metas, a prioridade mais imediata era combater a inflação dos anos 70.

A esse respeito, seu êxito foi inegável, pois, no conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continuou nos anos 90.

A diminuição da inflação por sua vez, representava uma condição para outro objetivo do neoliberalismo, que era a recuperação dos lucros das empresas. Também a esse respeito o novo sistema econômico teve êxito. Nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, já nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda maior na Europa Ocidental com uma taxa de crescimento de 5,3%. A principal razão dessa recuperação foi, o enfraquecimento do movimento sindical (prova disso é a grande queda drástica do número de greves durante os anos 80 e uma notável contenção salarial).(Sader; Gendili, 1995, pág. 15)

Essa nova postura sindical, foi uma consequência de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficaz (A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que estava em torno de 4% nos anos 70, duplicou na década de 80).

Finalmente, o grau de desigualdade – objetivo intrínseco do neoliberalismo - aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentou quatro vezes mais rapidamente do que os salários.

Todas as medidas que eram objetivos dessa doutrina haviam sido alcançadas (deflação, lucros, desemprego e diminuição dos salários reais). Mas, no final das contas, todas

essas medidas haviam sido concebidas como meio para se obter a reanimação do capitalismo, ou seja, a restauração de taxas de crescimento elevadas como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse sentido, no entanto, o quadro se mostrou decepcionante, pois, entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma melhora na taxa de crescimento nos países da OCDE, prova disso é que nos anos 60 esses países tinham taxas de crescimento de 5,5% ao ano, nos anos 70 de 3,6%, e nos anos 80 de 2,9%. (Sader; Gentili, 1995, pág. 16)

Isso aconteceu porque, a desregulamentação financeira (significa a abertura sem restrições, por parte dos países, de suas economias ao capital estrangeiro, essencialmente ao capital especulativo), que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Prova disso é que nos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias especulativas, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. (Mattei, 1998, pág. 71)

Devemos ressaltar também, que apesar de todas as medidas neoliberais, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu como era esperado, nos Estados Unidos e nos países da Europa. Duas razões explicam este efeito: 1) o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custou bilhões aos Estados; 2) o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou os Estados a gastar outros tantos bilhões em pensões. (Sader; Gendili, 1995, pág.16)

O aumento da dívida pública de quase todos os países ocidentais, que adotaram esse sistema, foi outro fator negativo. A dívida pública de nações como Inglaterra e Estados Unidos, que a muito estavam controladas, começaram a reassumir dimensões alarmantes, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegavam a níveis sem precedentes. As causas desse aumento, foram as mesmas que não permitiram a diminuição da presença do Estado nas economias, juntamente com a recessão econômica que envolveu todos os países no início dos anos 90 (recessão essa, fruto das mudanças econômicas proporcionadas pelo neoliberalismo, pela diminuição do comércio internacional, pelo aumento dos preços do petróleo, etc.).

1.6- A Globalização e a Consolidação do Neoliberalismo

Com a crise da economia mundial no final dos 80, era de se esperar que o neoliberalismo também entrasse em decadência. Porém, na prática o que ocorreu foi totalmente o oposto (isso aconteceu, porque o único modelo econômico que poderia substituir o neoliberalismo naquele momento era o socialismo e esse estava em crise).

Prova disso foram, os resultados das eleições presidências por todo o mundo nesse período - Na Inglaterra, a vitória de Major nas eleições de 1992 representou a continuação do thatcherismo; na Suécia, a social-democracia, que havia resistido ao avanço neoliberal nos anos 80, foi derrotado por uma frente unida de direita em 1991; o socialismo francês saiu muito enfraquecido das eleições de 1993; na Itália, Berlusconi, que era totalmente a favor do modelo neoliberal, chegou ao poder à frente de uma coalizão de esquerda; na Alemanha o primeiro ministro Kohl saiu vitorioso; na Espanha, a direita neoliberal também ganhou; em toda a América Latina os governos de direita foram vencedores (Fernando Collor no Brasil, Carlos Menem na Argentina, Carlos Andrés Perez na Venezuela, Fujimori no Peru, etc...). (Sader; Gendili, 1997, pág. 17)

Não só nas eleições, o modelo neoliberal teve êxito. Sua força também foi presenciada na nova seqüência de privatizações em países até então bastantes resistentes, como a Alemanha, Áustria e Itália. E em países que a pouco haviam adotado esse sistema, como Brasil, Venezuela, Colômbia, etc.

Com respeito aos países da América Latina, a implantação da doutrina neoliberal seguiu os princípios ditados pelo Consenso de Washington (conjunto de propostas econômicas defendidas por políticos e tecnocratas, na capital americana em 1989). Nessa reunião foram listados 10 tipos de políticas e reformas econômicas que visavam preparar e inserir a América Latina e o Caribe nesse novo contexto. Os princípios eram: 1) disciplina fiscal; 2) diminuição dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) abertura do setor financeiro; 5) manutenção de taxas de câmbio competitivas; 6) liberalização comercial; 7) atração de investimentos diretos estrangeiros; 8) privatizações das empresas estatais; 9) desregulamentação da economia; 10) proteção aos direitos autorais. (Lua Nova – Revista de Cultura e Política, 1994, N° 32, pág. 109)

Entretanto, uma das maiores conquistas da nova onda neoliberal nesse período, foi a sua vitória em uma outra parte do mundo, ou seja, na falência do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, de 1989 a 1991, exatamente no momento em que esse modelo econômico era colocado em discussão.

A vitória do modelo neoliberal, foi muito mais do que um triunfo do capitalismo sobre o comunismo, pois, essa vitória significou pela primeira vez na história humana moderna a supremacia mundial de um tipo específico de sistema econômico iniciado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80.

Os novos donos do poder no Leste Europeu, rapidamente aderiram ao neoliberalismo (Líderes como Balcerovicz na Polônia, Bóris Yeltsin na Rússia, Vaclav Klaus na República Tcheca, mostraram-se seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um total menosprezo pelas idéias Keynesianas, de Marx e do Estado de bem-estar). Estas lideranças políticas preconizaram e praticaram privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas nos países do Ocidente; com o objetivo de estabilizar suas economias, proporcionaram quedas de produção muito mais drásticas do que no Ocidente; promoveram níveis de desigualdades (especialmente o empobrecimento da população) muito mais brutais do que o mundo Ocidental havia imaginado implantar. (Sader; Gentili, 1995, pág. 18)

Juntamente, com esse fortalecimento do neoliberalismo, surge e se consolida um novo chavão mundial, denominado por George Bush, então presidente do EUA, de globalização.

A globalização, corresponde a um processo de integração mundial entre países e povos em termos produtivos, financeiros, comerciais, tecnológicos e de padrões culturais jamais vistos anteriormente na civilização humana.

Esse fenômeno apresenta uma série de características, com destaque para:

- A revolução da informática baseada nas conquistas da eletrônicas, que passou a ser utilizada nas mais diversas atividades produtivas e sociais (isso proporcionou aos donos do poder, uma capacidade jamais vista de formar, induzir e seduzir o povo com idéias e pensamentos que eles desejassem). (Ianni, 1990, pág. 110)

- A língua inglesa se tornou o idioma universal, uma espécie de língua franca, através da qual o povos passaram a se comunicar. (Ianni, 1990, pág. 112)
- A liberalização do mercado de trabalho (desregulamentação deste mercado, introdução do sistema de capitalização para as aposentadorias em substituição ao sistema tradicional por repartição).
- A aceleração das inovações tecnológicas e de novos padrões de gestão nas economias centrais (sendo este processo heterogêneo e desigual), aumentou os desequilíbrios e desigualdades comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
- A reestruturação das empresas (As empresas que não se tornaram multidepartamentais apresentando em sua estrutura básica as características de multisetoriais, multifuncionais e multinacionais, tornaram-se incapazes de implantar uma gestão/planejamento mais barato e eficiente da produção, distribuição e alocação dos próprios investimentos presentes e futuros, perdendo assim competitividade tanto no mercado interna como no mercado externo). (Mattei, 1998, pág. 72)
- A reorganização da economia mundial (com os países se inseridos em blocos econômicos tendo como objetivo principal a criação de vantagens tributarias entre si).
- A integração mundial dos mercados de câmbio e de títulos financeiros (especialmente títulos públicos e papéis segurados de grandes empresas), que movimentam aproximadamente US\$ 1 trilhões por dia nos mercados de câmbio, e US\$ 25 trilhões ao todo, nas bolsas de valores, em 1999. (Apostila do Concurso do Banco do Brasil para Escriturário, Modulo de Atualidades Econômicas, julho de 1999, pág. 548)
- Aumento da concentração das estruturas de mercado (número crescente de oligopólios mundiais) e da concentração da propriedade global, através das fusões e dos investimentos cruzados internacionais, dentro e fora dos países desenvolvidos.
- Aumento da especulação financeira. Foi uma consequência do mercado financeiro ter se tornado mais lucrativo que a atividade produtivo. Com isso, retraíram-se os investimentos na produção e permaneceu estagnado o crescimento econômico mundial ao longo dos anos

90. Além disso, as moedas nacionais sucumbiram internacionalmente (com exceção do dólar) diante das oscilações das bolsas de valores. E a ação pública tão eficaz anteriormente, tornou-se incapaz de regular e normalizar as relações econômicas e sociais dentro de suas próprias fronteiras. (Mattei, 1998, pág.76)

➤ No cenário político, a globalização impôs aos Estados Nacionais, a perda da capacidade de operar políticas macroeconômicas, dado o enorme poder de veto dos mercados financeiros. Logo, para economias com moedas fracas, tornou-se inevitável seguir as políticas ditadas pelos centros capitalistas. Por fim, os Estados Nacionais, perderam também sua independência de definir e coordenar os investimentos produtivos para as áreas prioritárias, devido as estratégias das grandes corporações e empresas multidepartamentais e transnacionais. (Grehie, 1995, pág. 76)

➤ A globalização proporcionou ao ideário neoliberalismo, não só uma aceitação como prática econômica e política, mas também como uma ideologia, uma ordenação da sociedade mundial nascente, incapaz de ser contestada. (Grehie, 1995, pág. 38)

Todas essas, características da globalização associada a doutrina neoliberal passaram a fazer parte do cotidiano da população mundial ao longo da década de 90. Período marcado por constantes crises econômicas (crise mexicana, asiática, russa, brasileira, argentina, etc.) e sociais (aumento da pobreza e das disparidades de renda por todo o mundo). Sem mencionar os constantes ataques especulativos nas bolsas de valores, que levaram a loucura os governos e economistas de todos os países, principalmente, os de economia instável e totalmente alienados ao capital externo, como o Brasil.

1.7- Notas Conclusivas

Com o fim da bipolaridade geopolítica no início dos anos 90, o neoliberalismo propagou-se por todo o planeta. Essa expansão não alterou apenas a base política, como também modificou drasticamente os padrões econômicos vigentes.

Em conjunto a esse mudança, o capital passou a não poder ficar mais limitado, apenas em seus movimentos nas esferas setoriais ou no âmbito nacional, uma vez que, sua forma de reprodução passou a necessitar de toda economia mundial.

Esta nova ordem político-econômica-financeira (neoliberalismo e globalização), provocou mudanças nas relações internacionais de trabalho, reestruturando de forma bastante acentuada a esfera técnico-produtiva, desregulamentando os mercados e integrando os sistemas financeiros nacionais. Alterou também a geopolítica mundial ao limitar a capacidade dos Estados Nacionais de atuarem com sucesso dentro de suas próprias fronteiras.

Todos essas mudanças, tinham como promessa a restauração do crescimento econômico e o melhoramento dos padrões sociais para os países que às implantassem. No entanto, não foi esse, o resultado que se percebe, ao observasse a atual conjuntura mundial, pelo menos para a maioria dos países.

Na América Latina, por exemplo, o número de habitantes vivendo na pobreza e na indigência aumentou de 136 milhões de pessoas (41% da população) em 1980 para 195,9 milhões (46% da população) em 1991. A política de sobrevalorização da moeda, em que se passou quase todos os planos de estabilização neoliberais dos países da América Latina, destruiu os superávites comerciais dessas nações (a balança comercial da região passou de um superávit de US\$ 27,4 bilhões em 1990 para um déficit de US\$ 5,9 bilhões em 1992). Entre 1980 e 1992, nos países da América Latina, a dívida externa bruta cresceu 195,7%, enquanto as exportações aumentaram 137,1% e o PIB cresceu apenas 118,8%. (Lua Nova – Revista de Cultura e Política, 1994, N° 32, pág. 118)

Logo, fica evidente que para países, onde ainda não se alcançou um nível de desenvolvimento econômico capaz de tornar desnecessário a presença do Estado e as empresas nacionais ainda não são capazes de suportar os efeitos de uma abertura econômica, esse não é o melhor modelo econômico a ser seguido.

É, exatamente com respeito a implantação das práticas neoliberais e suas conseqüências na economia brasileira que o próximo capítulo trata.

Capítulo 2- O Brasil , a Globalização e o Neoliberalismo

2.1- Introdução

Após terem sido apresentadas as principais questões necessárias ao entendimento da globalização e da doutrina neoliberal, iniciaremos agora a análise do Brasil dentro desse contexto. Logo, este capítulo, procurará mostrar a implantação do ideário neoliberal e do processo de globalização no país. Descrevendo, todos os seus efeitos não só sobre a economia, mas também em relação a sociedade brasileira como um todo.

Devemos ressaltar, que apesar de oficialmente o governo Collor ter implantado os princípios do neoliberalismo e da abertura econômica no país, esse modelo só foi estabelecido nesse período, por ocasião das mudanças que ocorreram no Brasil ainda no governo Sarney, pois, foram as condições criadas nesse governo, mesmo negativas e prejudiciais a nação, que permitiram a inserção desse novo sistema político-econômico no território nacional. (Vasconcellos, 1996, pág. 228)

O Plano Real, por sua vez, constituiu-se na consolidação definitiva e incontestável desse novo tipo de capitalismo no Brasil, ao conseguir controlar o maior mal da economia brasileira moderna - a inflação (em outubro de 1994 já era de 3% ao mês, ainda muito alta para os níveis dos países do Primeiro Mundo, mas bem baixa para um país que acabará de sair de mais um processo inflacionário), juntamente, com a manutenção (mesmo que apenas temporária e insuficiente), de um relativo crescimento econômico, acompanhado de melhorias nas condições de vida das camadas mais pobres da população.

Entretanto, as mesmas medidas que causaram a queda da inflação no Brasil, também foram responsáveis pela fragilidade e a dependência da economia nacional frente ao capital externo (atualmente um dos maiores problema da economia brasileira).

2.2- A Economia Brasileira Antes da Abertura Econômica

Nos meses finais do governo de José Sarney, o país apresentava um quadro extremamente difícil, próximo da hiperinflação. O déficit público já era grande e aumentava

ainda mais (estimativas mostravam que no final de 1989, o déficit equivalia a 14,5% do PIB). As tarifas das empresas públicas estavam defasadas, mas não podiam ser aumentadas, sob o risco de alimentar a inflação, desorganizando ainda mais o sistema produtivo nacional.

Tabela 01 – Taxa de Inflação – 1985/89

Anos	1985	1986	1987	1988	1989
Inflação Acumulada	224,4%	62,4%	366,0%	933,62%	1764,87%

Fonte: IBGE, 1990

Tabela 02 – Taxa de Variação do PIB (Produto Interno Bruto) – 1985/89

Anos	1985	1986	1987	1988	1989
Variação do PIB	8,3%	7,5%	3,6%	0,2%	3,2%

Fonte: IBGE, 1990

O problema da dívida externa também não havia sido resolvido. Em 1987, as reservas de divisas estavam muito baixas, devido principalmente à queda das exportações e ao crescimento das importações para consumo interno. Em consequência, o ministro Dílson Funaro declarou a moratória, com a suspensão dos juros devidos aos bancos internacionais. Em 1988, os pagamentos foram retomados, mas o Brasil não obteve condições favoráveis na renegociação da dívida. (Campos, 1991, pág. 274)

Numa das últimas tentativas de pôr um pouco de ordem no caos, Sarney elevou os juros com o objetivo de atrair investimentos para o financiamento das dívidas públicas e aumentar suas receitas, tentando impedir que os capitais fugissem para aplicações como o ouro e os dólares do mercado negro. Visava também a formação de estoques reguladores, principalmente, dos produtos de maior consumo popular (arroz, milho, soja, etc...), mas essa medida também não deu certo, acabando por provocar o desabastecimento da população, uma vez que as mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados. Além disso, pretendia-se, com a elevação dos juros, evitar que os capitais deixassem o país, em busca de mercados mais seguros, pois, corriam boatos de que o novo governo brasileiro não teria como honrar suas dívidas, suspendendo novamente o seu pagamento. Essa política, então chamada

de **feijão-com-arroz** pelo ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, impediu que o país chegasse à hiperinflação, mais aumentou consideravelmente a dívida pública, já que o governo precisava pagar mais juros para obter dinheiro dos investidores e financiar o seu déficit.

Outro fator que também prejudicou as contas do governo foi, a diminuição das receitas federais. Pois, a nova Constituição, promulgada em 1988, aumentará a participação dos estados e municípios na arrecadação fiscal. Logo, o déficit público superou 12% do PIB nacional, enquanto no ano anterior fora ligeiramente superior a 4%. (Ferreira, 1995, pág. 432)

Mesmo com juros elevados, muitos capitais continuaram a migrar para o sistema especulativo (principalmente para a compra de ouro, dólar, ações e títulos públicos), elevando assustadoramente suas cotações. Os investidores nacionais e estrangeiros ficaram apreensivos e desorientados a respeito das incertezas do mercado financeiro brasileiro.

Outro fracasso da Nova República ocorreu com relação a área social. Pouco se fez, para diminuir as desigualdades sócio-econômicas, embora esse fosse um dos principais compromissos do programa reformista do PMDB. A inflação acarretou perdas reais aos salários, agravando a concentração da renda (A parcela da renda dos 10% mais ricos da população brasileira passou de 46,6% da renda total em 1981 para 53,2% em 1989, o que corresponde a um aumento de 14,2%. Enquanto, a renda dos 50% mais pobres da população passou de 14,4% para 10,4% no mesmo período). (Lacerda, 1998, pág. 56)

Logo, a péssima situação do país nas áreas econômica, política e social, juntamente com esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente, levaram o Brasil a adotar no início da década de 90 um novo modelo econômico e político (o neoliberalismo, acompanhado do processo de globalização) que já estava em funcionamento em quase toda a América do Sul.

2.3- O Governo Collor e a Nova Ordem Mundial

2.3.1- O Plano Collor e o Ano de 1990

Um dia após assumir a Presidência da República, Fernando Collor de Mello anunciou, o Plano Brasil Novo (mais conhecido como Plano Collor). Contento uma série de medidas,

esse plano afetaria às áreas monetária, financeira, fiscal e de comércio exterior do país, visando reorganizar a economia nacional e inserir o país na nova ordem econômica internacional.

- Na área monetária, ocorreu a substituição do cruzado novo pelo cruzeiro, mantendo-se a paridade da moeda;

- Com relação ao mercado financeiro, incidiu a medida mais radical desse novo plano de estabilização.

Visando, acabar com a inflação de uma só vez, o governo federal confiscou e limitou a conversão, de todos os recursos aplicados a curto prazo ou em depósitos, para cruzeiro. Depósitos a vista ou em caderneta de poupança tiveram o limite de conversão fixado em 50 000 cruzeiro (cerca de 1 200 dólares ao câmbio oficial da época). Aplicações com lastro em títulos públicos ou privados com compromissos de recompra (over e open) foram limitadas a 25 000 cruzeiros ou 25% do saldo, prevalecendo o maior limite. Aplicações em fundos de curto prazo, fundos de renda fixa, depósitos a prazo (CDB/RDB), letras de câmbio e debêntures tiveram como limite 20% do saldo do valor do resgate. O valor remanescente em cruzeiro novos ficou bloqueado pelo prazo de dezoito meses, numa operação de seqüestro de liquidez, ou seja, de impossibilidade de converter esses valores em cruzeiro. O governo comprometeu-se a devolver esses cruzados retidos em cruzeiros, em doze prestações iguais e sucessivas, a partir de setembro de 1991. Os recursos bloqueados seriam corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de 6% ao ano até a data da primeira devolução; (Sandroni,1998, pág. 274)

- Na área fiscal, todas medidas tomadas visavam aumentar a arrecadação do governo federal, pois a nova equipe econômica apontou como o maior responsável pela instabilidade da economia brasileira o déficit nas contas públicas. Para resolver esse problema foram criados novos tributos, entre os quais: incidência de impostos de renda sobre ganhos em bolsas, até então isentas; Aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução dos prazos de recolhimento; Aumento da tributação sobre o lucro dos exportadores e sobre a atividade agropecuária. As aplicações financeiras ficaram sujeitas, pela primeira vez, à incidência do IOF (imposto sobre operações de câmbio, crédito e seguros ou relativas a títulos e valores imobiliários), o que representou uma soma considerável de

recursos. Operações com ouro e ações negociadas em bolsas de valores também foram taxadas pelo IOF. Ocorreu suspensões de diversos tipos de benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela Constituição. Para reduzir a sonegação no recolhimento de tributos devido ao anonimato, foi proibida a emissão de cheques e títulos ao portador de valor superior a 100 BTN. Outros recursos passaram a ser direcionados para o Tesouro Nacional por meio da reforma patrimonial, com a conseqüente alienação de bens imóveis, de veículos e a privatização de empresas estatais (lançamento do Programa Nacional de Desestatização). Sucedeu-se ainda, a diminuição dos ministérios que passaram de vinte e três para doze; A extinção de autarquias, fundações, empresas, órgãos públicas e sociedades de economia mista; Reduziram-se as funções de confiança, foram suspensas vantagens ao funcionalismo público e foi iniciada uma campanha de demissão desses funcionários, que em muitos casos foram colocados em disponibilidade (Muitas dessas mudanças fizeram parte da Reforma Administrativa); (Sandroni, 1998, pág. 274)

- A respeito do comércio exterior, o novo governo preocupou-se em aumentar a integração do país ao resto do mundo. Para isso aconteceu, ocorreu alterações que se iniciaram com o estabelecimento do "câmbio flutuante", deixando o governo de fixar a taxa de câmbio oficial. Foram ainda liberados os controles administrativos sobre importações e exportações, eliminando-se a necessidade de licenças e agilizando e desburocratizando as operações;

- Foi decretado, num primeiro momento, o congelamento geral de preços e dos bens e serviços. A política de reajuste de preços e salários a ser seguida após a fase inicial do plano foi a da prefixação, com o anúncio mensal de limites máximos de reajustes para os preços e, após estimativas da inflação para o mês, determinação do aumento dos salários. No caso do salário mínimo, a cada três meses seria revisto e corrigido eventuais perdas que ocorressem entre os reajustes fixados e o verdadeiro aumento de preços da cesta básica de consumo. A partir de maio de 1990, o sistema de prefixação mensal dos reajustes de preços e salários foi abandonado pelo governo. Desde então, o governo passou a utilizar várias medidas diferentes para estabelecer a livre negociação entre padrões e empregados, apenas limitando o número de reajustes anuais e proibindo a indexação salarial como mecanismo automático de reajuste salarial. Os preços foram gradativamente liberados dos controles do governo, pois, esse achava que o próprio mercado em queda (pela falta de dinheiro em circulação) funcionaria como uma barreira à sua elevação. (Ferreira, 1995, pág. 436)

O novo plano de estabilização financeira foi oficializado pela Medida Provisória número 168. A popularidade do presidente e o desespero do povo brasileiro em acreditar em algo, dava margem para se editar tal medida provisória, mesmo que algumas de suas disposições, como o congelamento dos recursos aplicados, fossem totalmente inconstitucionais.

O déficit público previsto para 1990 transformou-se em um pequeno superávit (inferior a 1% do PIB). Nenhuma reforma profunda, no entanto, havia sido executada, e o superávit era apenas circunstancial, consequência do adiamento da quitação das dívidas. Logo, pouco tempo depois o déficit das contas voltaria a aparecer.

Além disso, a repentina falta de liquidez na economia, causou um forte impacto negativo sobre a atividade produtiva nacional. As empresas diminuíram sua produção, passando a demitir funcionários ou reduzir a jornada de trabalho, com o equivalente corte dos salários. O ano de 1990 terminou com uma queda real de 4,60% do Produto Interno Bruto em relação ao do ano anterior (uma das maiores de todos os tempos), demonstrando que o Brasil havia passado por uma das mais graves recensões de sua história. O desemprego era grande em todos os estados da federação (existia mais de um milhão de desempregados no país) e a inflação retornara lentamente a patamar dos 20% ao mês. (Campos, 1991, pág. 277)

2.3.2- O Plano Collor II e o Ano de 1991

Entrou em vigor a partir de 1 de fevereiro de 1991 com várias medidas provisórias e decretos, o Plano Collor II.

Esse novo plano de estabilização, também elaborado pela equipe econômica chefiada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, tinha como principais objetivos: controlar a inflação; racionalizar os gastos da administração pública; cortar despesas; controlar as empresas estatais (preparando-as para a privatização); e criar mecanismos financeiros e institucionais para a aceleração do processo de modernização das indústrias brasileiras. (Sandroni, 1998, pág. 275)

Com relação a preços e salários o governo estabeleceu uma série de medidas. Inicialmente, houve uma paralisação nos aumentos dos preços de bens e serviços, depois

desses serem corrigidos. Sendo que a ministra da Economia poderia autorizar reajustes extraordinários para corrigir casos em que ficasse comprovado o desequilíbrio entre os preços praticados e os custos de produção.

Depois desse período de congelamento, os preços dos produtos seriam gradativamente liberados.

Os salários, por sua vez, tiveram uma tabela publicada pelo governo, que estabeleceu como base a média dos salários dos últimos doze meses. Os salários, fora desse período equivalente ao dissídio, não poderiam ser reajustados até 1 de agosto de 1991, passando a vigorar, a partir daí, a livre negociação entre empregados e padrões.

Entre as várias medidas promulgadas pelo novo plano, sem dúvida a mais importante, foi a decretação do fim do mecanismo de indexação, considerado pelo governo federal como o principal causador do ressurgimento da inflação, por gerar uma enorme rigidez à baixa de preços e tornar extremamente frágil o sistema econômico nacional a qualquer variação negativa que ocorresse no sistema financeiro internacional.

Com a extinção da correção monetária, acabou-se também o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), assim como todos os fundos de curto prazo, inclusive o over e o open, apontados como os principais causadores da ciranda financeira. No seu lugar, foram instituídos a Taxa de Referencial (TR) e o fundo de aplicação financeira (FAF). Enquanto a TR, no futuro, deveria ter uma taxa prefixada pela média de juros dos títulos públicos e demais aplicações financeiras, os fundos de aplicação financeira, com taxas de remuneração iguais às da TR, substituiriam, com vantagem, os fundo de curto prazo. (Sandroni, 1998, pág. 275)

Ainda em 1991, após ter implementado ao longo de todo o seu governo um processo de liberalização da economia nacional em relação aos produtos estrangeiros (prova de tal processo foi a redução das tarifas alfandegárias de 51% em 1987 para em média 14,2% em 1994) (Gonçalves [et. Al.], 1998), Fernando Collor assinou junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, o Tratado de Assunção, que estabelecia a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), para o dia 31 de dezembro de 1994.

A criação do Mercosul significaria para o Brasil o surgimento de uma zona de integração econômica regional entre ele e seus vizinhos. Zona essa que favoreceria a comercialização de mercadorias entre os países membros, pois, esses pagavam uma porcentagem de impostos tarifários muito menor do que qualquer outro país que não fosse membro do bloco. Além disso, tornaria os países membros mais fortes internacionalmente para negociar, principalmente com os Estados Unidos e a União Européia acordos, do que agindo isoladamente.

Entretanto, o Brasil fechou o ano de 1991 com uma taxa inflacionária superior a 450% - e, o que era pior, até novembro a tendência de alta permanecia. De agosto a novembro, a impressão generalizada do país era a que esse parecia uma carro sem motorista nem destino a seguir, tamanho era o descontrole da economia.

No mesmo ano, o presidente Fernando Collor, mais uma vez elevou os juros, na tentativa de segurar os preços através da queda do consumo. Logo, a recessão se aprofundou, o desemprego aumentou, houve perdas reais nos salários e como previsto pelo governo ocorreu a diminuição no consumo. As atividades econômicas ficaram quase paralisadas. O déficit público também se elevou, devido à recessão, aos rombos financeiros, às falcatruas e à imperícia administrativa do presidente.

Os números do final de 1991 são trágicos. Naquele ano, mais de 2,5 milhões de brasileiros perderam o emprego, e o salário mínimo, que no início do ano correspondia a 63 dólares, fechou o ano valendo apenas 40 dólares. (IBGE, 1998)

2.3.3- O Fim do Governo Collor

Encerrado 1991, o governo brasileiro acertou junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um novo acordo para o pagamento de parcelas e juros da dívida externa que estavam atrasados. A equipe econômica conseguiu para 1992 um novo empréstimo, superior a 1 bilhão de dólares.

As conseqüências desse empréstimo e do aval do FMI à renegociação da dívida com os bancos credores privados, obrigaram o Brasil a comprometer-se a aplicar uma série de medidas (todas vinculadas a política neoliberal e a globalização), teoricamente, destinadas a

promover a estabilização da economia nacional. Tais medidas eram: acabar com o déficit público, reduzir a inflação a níveis ínfimos para os padrões brasileiros, abrir ainda mais a economia nacional para os produtos estrangeiros, controlar as emissões de moeda, restringir o crédito, diminuir suas despesas e aumentar a arrecadação através da venda das empresas estatais e do aumento dos impostos.

Apesar de todas as medidas tomadas, a situação do país não melhorou. As perspectivas para 1992 eram muito ruins. O setor empresarial acreditava que haveria mais concordatas e falências. A inflação continuava a aumentar e o consumo a cair.

Em meio a essa crise econômica, surgiu uma crise política ainda maior, causada por inúmeras denúncias de favorecimentos, compras sem licitação, concorrência fraudada e propinas para a liberalização de verbas, todas envolvendo o presidente ou alguma das figuras de maior importância do governo (ministros, a primeira dama Rosane Collor, etc.). (Mota e Braick, 1997, pág. 456)

No dia 29 de setembro de 1992, em meio a grande pressão popular, o então presidente Fernando Collor foi deposto de seu cargo, assumindo interinamente o vice-presidente Itamar Franco.

2.4- O Plano Real e a Continuação da Abertura Econômica

2.4.1- O Início do Plano Real

Ao assumir interinamente a Presidência da República, no dia 2 de outubro de 1992, Itamar Franco, herdou uma situação econômica muito grave. Entre a receita e as despesas da União, havia um rombo de vinte bilhões de dólares (em 1992). A reestruturação das empresas durante a recessão e a ociosidade de 30% apresentada pelo parque industrial brasileiro, fez aumentar ainda mais o desemprego no país. O setor público, endividado, cortava despesas, atrasava o pagamento dos fornecedores e suspendia obras e investimentos, principalmente na área social. Para completar o difícil quadro do país, a inflação era a maior da América Latina e uma das maiores do Mundo. (Mota; Braick, 1997, pág. 458)

Os sucessivos ministros da Fazenda de Itamar Franco tomaram várias medidas para reduzir os índices do déficit público e para conter a inflação, sem no entanto conseguir resultados satisfatórios. O programa de desestatização e privatização da economia, iniciado no governo anterior, prosseguiram lentamente.

Em 1993, apesar da inflação altíssima, a economia deu sinais de recuperação, com o crescimento de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) depois de dois anos de quedas consecutivas. Porém, a recuperação do nível de emprego não ocorreu na mesma proporção, por causa da reestruturação das empresas brasileiras que elevou a produtividade do trabalho, criando assim o desemprego estrutural no país.

Ainda no ano 1993, a convocação do então senador Fernando Henrique Cardoso para ocupar o Ministério da Fazenda resultou na elaboração de um novo plano econômico, que foi lançado em julho do ano seguinte. Diferente da implantação de outros planos, o Plano Real procurou combater a inflação através de um programa de estabilização que envolvia uma série de fases seqüenciais.

As quadro fases do plano eram:

1) A primeira fase (ortodoxa), tratava-se do ajuste fiscal. O objetivo desse ajuste era solucionar o grande desequilíbrio que existia no orçamento da União, onde as despesas eram bem superiores as receitas. Para resolver o problema, o governo federal mais uma vez, aumentou os impostos, através da criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). O IPMF seria um imposto temporário (acabou se tornando permanente) sobre qualquer movimentação financeira, com uma alíquota de 0,25% sobre o valor total da operação; Além disso, procurando diminuir as transferências do governo federal para os estados e municípios, o Plano Real criou o FSE (Fundo Social de Emergência), o qual, recebia 15% de todos os impostos arrecadados pelo país, para distribuí-los entre os programas sociais dos estados e municípios. (Oliveira, 1996, pág. 38)

2) A segunda fase (heterodoxa), correspondeu a implantação de uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Real de Valor). A URV era um indexador provisório da economia, vinculado ao dólar em uma base de um por um., que serviria para promover todos os ajustes de preços relativos com base nela, eliminaria a inércia inflacionaria e acomodaria a

participação dos diversos agendes na renda, diminuindo o problema da distribuição de renda. A URV, exerceu a função de unidade de conta, mas não o de meio de troca, que continuou ainda a ser exercido pelo cruzeiro real. (Oliveira, 1996, pág. 46)

3) A terceira fase (chamada de Conclusão da Reforma Monetária), iniciou-se com a substituição da URV pelo Real. O Real, passava a exercer as três funções básicas da moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. O governo esperava que nesse momento, a inflação inercial fosse acabada.

4) A última fase, seriam as Reformas Estruturais (até hoje não concluídas). Essas reformas envolviam mudanças profundas na estrutura da sociedade brasileira, entre elas: mudanças nas regras de aposentadorias; nos direitos trabalhistas; no sistema tributário; na reforma administrativa; no ajuste fiscal; além da abertura econômica, da privatização das empresas estatais; etc. (Apostila do Concurso do Banco do Brasil para Escriturário, Módulo de Atualidades Econômicas, julho de 1999, pág. 523)

Além das fases, os responsáveis pelo Plano Real (seguindo os princípios neoliberais), identificaram o déficit público, não só como o maior problema do país, mas também, como o grande responsável pelas altas taxas de inflação.

Segundo a linha de pensamento do governo, a principal falha dos planos de estabilização anteriores ao Real, foi a emissão exagerada da moeda para financiar os gastos públicos, aumentando assim o seu volume em circulação, e provocando sua desvalorização.

Com o novo plano, o Banco Central ficou proibido de emitir dinheiro para pagar as dívidas do governo. Para emitir um real, era necessário haver o equivalente em dólar nas reservas cambiais (Política Monetária Restritiva).

Além do controle da quantidade de moeda em circulação no país, o Plano Real teve outros mecanismos de sustentação, como a indexação da moeda nacional ao dólar para impedir a sua desvalorização; o impedimento da correção monetária automática de preços, salários, e impostos, antes de um ano pois, sempre que ocorria a correção monetária automática, esta era repassada aos preços, contribuindo para aumentar a inflação futura; todas essas medidas deveriam ser complementadas pelas reformas anteriormente citadas.

Entre as reformas, as mais importantes eram a abertura econômica (para assegurar a estabilidade interna dos preços) e o processo de privatizações (que garantiria a entrada de capital externo e promoveria a desregulamentação da economia).

Devemos salientar, que as condições para a implantação desse plano eram mais favoráveis do que nos planos anteriores. O Brasil possuía 40 bilhões de dólares de reservas cambiais (fruto da entrada de capital externo), o que permitia ao governo importar produtos que faltassem e intervir no mercado financeiro, comprando dólares, caso os especuladores tentassem forçar uma alta da moeda americana.

2.4.2- A Continuação do Plano Real

Em 1995 o novo presidente, Fernando Henrique foi empossado dando continuidade ao Plano Real.

Inicialmente, a manutenção da estabilidade da moeda e dos preços, embora sem alterar substancialmente a injusta distribuição de renda no país, melhorou significativamente as condições de vida dos mais pobres (os salários reais cresceram 18,9% nos dois primeiros meses de 1995), que puderam comprar produtos antes inacessíveis aos seu padrão. Por outro lado, o aumento do consumo fez o PIB do país crescer 4,2% em 1995, chegando a preocupar o governo, que tomou medidas para impedir a explosão da demanda no país como, por exemplo, a restrição ao crédito e o aumento das taxas de juros. A elevação dos juros também tinha como propósito, atrair para o país mais capital estrangeiro, que, aplicado nos bancos brasileiros, serviu, manter o nível das reservas cambiais e financiar o enorme aumento das importações (aumento esse que não foi acompanhado pela correspondente elevação das exportações). (Vasconcellos, 1996, pág. 153)

Tabela 03 – Investimento Externo Direto no Brasil: Médias Anuais (US\$ Milhões)

Período	Investimento
1990-1993	813
1994-1996	5.086

Fonte: Gonçalves (et. Al.), 1998, pág.325

Apesar, dos investimentos externos no país estarem elevados, o fluxo de capital especulativo já era bastante acentuado, nesse período. Como consequência, o governo federal era pressionado a manter as taxas de juros do país elevadas, para que os investidores permanecessem com seu dinheiro aplicado no Brasil. Por outro lado, as altas taxas de juros cobradas impedem o crescimento do setor produtivo nacional, pois, esse ficava impossibilitado de pegar dinheiro emprestado para aplicar e financiar a produção.

Tabela 04 – Juros Acumulados do CD (Juros do Mercado Interbancário, em % ao Ano)

Período	Juros do CD, em % ao ano
Jul/94	117,3
Dez/94	57,2
Dez/95	38,2
Dez/96	23,2

Fonte: Folha de São Paulo, 27 de junho de 1999

Por sua vez, a manutenção dos altos níveis de importação sem o correspondente aumento das exportações, trouxe outro problema para a economia brasileira. Pois, transformou a balança comercial do país de superavitária em deficitária, tornando o resultado do balanço de pagamentos ainda pior do que já era.

Tabela 05 – Salto da Balança Comercial, em US\$ Bilhões

Período	Balança Comercial
1993	+ 13,30
1994	+ 10,50
1995	- 3,40
1996	-5,54
1997	-8,37
1998	-6,59
1999	-5,48

Fonte: Folha de São Paulo, 27 de junho de 1999

Outro problema que também comprometeu ao longo do tempo, o Plano Real foi o déficit público dos governos federal, estaduais e municipais. Esse não era um problema

recende, mais que foi agravado nos anos de 1995, 1996 e 1997, especialmente motivado pelas altas taxas de juros internas; pelo excesso de funcionários públicos e salários privilegiados; e o assalto que grupos e pessoas ligadas ao governo praticaram contra os cofres públicos (esse foi o governo onde mais ocorrem denúncias e escândalos de corrupção na história do Brasil).

Tabela 06 – Total da Dívidas Federal em Títulos, em R\$ Bilhões – 94/ 99

Período	Dívida Federal, em R\$ Bilhões
Jul/99	95
Dez/94	86
Dez/95	134
Dez/96	176
Dez/97	291
Dez/98	449
Fev/99	496

Fonte: Folha de São Paulo, 27 de junho de 1999

2.4.3 – A Crise Brasileira

A crise asiática em outubro de 1997, provocou uma grande saída de capitais especulativos do Brasil, o que obrigou o país a formular um pacote de medidas visando economizar R\$ 20 bilhões, entre aumentos de impostos e diminuição de despesas. Para manter a capital externo, o país mais uma vez teve que aumentar as taxas de juros (tornou-se uma das maiores do mundo) e promover leilões de dólares para defender a taxa cambial.

Em 1998, depois de quatro anos de manutenção da moeda sobrevalorizada e a permanência de altíssimas taxas de juros, a produção nacional, acabou inevitavelmente sendo sacrificada, acarretando assim recessão, fechamento e alienação de postos de trabalho (aumentando os já elevados níveis de desemprego).

No início de 1999 (janeiro), a crise financeira alcançou a economia brasileira, obrigando o governo a desvalorizar o câmbio, provocando um ataque especulativo à moeda e uma nova fuga de capitais estrangeiros. Essa crise já vinha sendo prevista desde a moratória da Rússia em outubro de 1998, pois os investidores internacionais perceberam a

insustentabilidade da manutenção de um déficit público tão alto, totalmente financiado pela entrada de capital externo de alta rotatividade.

Diante dessa situação (e antes de quebra), o país assinou, mais uma vez, um acordo com o FMI. Por esse acordo o Brasil receberia US\$ 41,5 bilhões. (Um mês depois, desvalorizou a moeda). (Singer, 1999, pág.09)

Para emprestar essa quantia o FMI impôs uma série de metas que teriam de ser atingidas pelo Brasil. Para alcançar tais metas o país lançou um novo pacote econômico em março de 1999. As principais medidas eram: 1) a elevação dos juros de 39% para 45% ao ano; 2) o aumento do compulsório que os bancos teriam que transferir ao Banco Central; 3) o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a suspensão de subsídios as exportações; 4) a elevação de 6,5% nos preços dos combustíveis; 5) a ampliação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), de 0,20% para 0,38%. (Veja, 10 de março de 1999, pág. 39)

Durante todo o ano de 1999 e os primeiros meses de 2000, o Brasil sentiu os efeitos dos erros anteriormente cometidos e do pacote econômico aplicado pelo governo federal (Todas as áreas foram prejudicadas - econômica, política e social).

A estimativa da variação do PIB para o país, em 1999 foi negativa, o que representaria uma queda no nível da população nacional nesse ano.

Tabela 07 - Variação do PIB, em (%) – 1993/ 99

Período	Variação do PIB (em %)
1993	4,90
1994	5,80
1995	4,20
1996	2,80
1997	3,70
1998	0,10
1999*	-1,20

Fonte: Folha de São de Paulo, 27 de junho de 1999

Nota: * Estimativa

A inflação por sua vez, só não disparou por causa da recessão em que o país estava mergulhado. A nova âncora cambial passou a ser as metas de inflação. O pensamento do governo era adotar o nível de juros ideal para manter a inflação num dado intervalo.

A pobreza e a exclusão social tornaram-se ainda mais flagrantes; o desemprego bateu recorde – em maio de 1999, alcançou a marca de 7,7% da PEA; etc. (Folha de São Paulo, 27 de junho 1999, Caderno Dinheiro, pág. 01)

Apesar da desvalorização do real, ter favorecido as exportações brasileiras e dificultado as importações, a manutenção dos juros altos permanece a prejudicar as indústrias nacionais, pois, o custo de investimento produtivo ainda era muito alto. Esses mesmo juros também provocam o elevação do serviço da dívida pública brasileira prejudicando não só as contas do governo, como também a própria balança de pagamentos (em maio de 1999 o déficit era de 1,645 bilhões de dólares; em maio de 2000 o déficit praticamente não havia diminuído - 1,617 bilhões de dólares). (Folha de São Paulo, 16 de junho de 2000, Caderno Dinheiro, pág. 01)

2.5- Notas Conclusivas

Como se pôde observar, o governo Collor nada mais foi que uma continuação piorada da política tradicional das elites brasileiras, que, salvo raras exceções, sempre colocaram o seus interesses particulares acima das necessidades do país. Com essa atuação nociva, empresas públicas acabaram se tornando deficitárias, em muitos casos por reduzir os preços de seus produtos em negociações fraudulentas com empresas e instituições privadas. Muitas companhias particulares, por incompetência dos proprietários ou administradores, passaram às mãos do governo, que assumiu então seus prejuízos e dívidas. Grandes fazendeiros, de várias regiões do país, ao receberem créditos subsidiados (pagando juros abaixo dos de mercado), em vez de investir na agricultura usaram esse dinheiro em aplicações mais "rentáveis" (mercado de capitais, veículos, terras, reformas, dólar, ouro, etc.).

Continuando os anos 90, o governo Fernando Henrique Cardoso apenas seguiu os ensinamentos das elites e grupos dominantes internacionais e da nova mentalidade neoliberal do moderno mundo capitalista, onde o Estado não deve mais intervir na economia, deixando o

mercado e os empresários em total liberdade. Acreditando que o mercado sem qualquer regulamentação governamental, se encarregaria, através da livre concorrência, de estabilizar a economia nacional, promovendo conjuntamente o progresso e o bem-estar social do país. O Estado deveria se preocupar apenas com a segurança e os incentivos aos agentes econômicos, sendo portanto necessário e coerente que o governo brasileiro promovesse a privatização das empresas estatais, assim, deixando de ser empresário e de intervir nas relações entre padrões e empregados e entre produtores e consumidores.

Porém, as conseqüências e os resultados atuais da economia brasileira, provam que não foi bem isso que aconteceu. A balança comercial antes superavitária passou a apresentar constantes déficits; as exportações ficaram muito abaixo dos níveis de importação; o PIB teve durante toda a década de 90 um crescimento muito menor do que o necessário para o bom funcionamento da economia; o desemprego chegou as padrões nunca antes vistos no país; as privatizações das estatais brasileiras serviram apenas para o pagamento de juros da dívida federal, não trazendo nenhum benefício ao Brasil; etc.

Logo, o que se observa, é que as mudanças promovidas ao longo de toda a década de 90, ao invés de trazerem benefícios ao país, fizeram foi torna-lo totalmente dependente do capital especulativo internacional.

Capítulo 3 - O Quadro Social Brasileiro Frente a Globalização e o Neoliberalismo

3.1 - Introdução

Quando o mundo discutia, no início da década de 90, como as mazelas sociais do desemprego e da exploração de países num sistema internacional desigual, eram ameaças à própria vida civilizada, economistas e estudiosos de várias países e órgãos multilaterais diziam ser necessário dar tempo ao tempo.

Afirmavam que apenas a longo prazo as virtudes da economia de mercado seriam sentidas, na medida em que fossem dissolvidas as instituições públicas arcaicas e os interesses corporativos que até então, impediam o livre desenvolvimento das empresas e das próprias nações.

No entanto, é assustador verificar, que após uma década, as mazelas sociais não só permaneceram como também se agravaram por todo o mundo, ao mesmo tempo em que às teses neoliberais e as características da globalização (com destaque para a abertura dos mercados; a redução da importância do papel dos Estados Nacionais nas economias e o aumento do volume de capital especulativo em circulação no mundo), foram aceitas e colocadas em prática pela maioria dos governos.

Essa triste situação foi confirmada pelo relatório do Banco Mundial publicado em setembro de 1999. Dados mostram que o total de pessoas que viviam com menos de US\$ 1 por dia passou de 1,2 bilhões de pessoas em 1987 para 1,5 bilhões atualmente (estima-se que esse contingente chegue em 2015 a 1,9 bilhões de pessoas). Quando se observa o grupo de pessoas cuja o rendimento diário não ultrapassa US\$ 2 dólares, o número total de pobres aumenta, no mesmo período, de 2,5 bilhões para 2,8 bilhões de pessoas – quase a metade da população mundial. (Gazeta Mercantil, 12 de abril de 2000, pág. A-3)

Os números do relatório do Banco Mundial ainda, evidenciam que dos quase 6 bilhões de pessoas que habitavam a Terra em 1998, 4,4 bilhões viviam em países em

desenvolvimento e desse total, 60% não tinham acesso a saneamento básico, um terço não dispunham de água tratada, 25% não conheciam condições dignas de moradia e 20% continuavam marginalizadas de qualquer tipo de atendimento médico. (Folha de São Paulo, 19 de setembro de 1999, Caderno Dinheiro, pág. 01)

A situação de desigualdade é tão alarmante, que a denúncia foi feita por um organismo de financiamento multilateral, instituições que há décadas patrocinam ajustes econômicos com terríveis efeitos sociais nos países mais pobres.

Devemos ressaltar, que os indicadores sociais brasileiro também não mostram bons resultados, pelo contrário, o Brasil continua a ser um dos piores países do mundo com relação a questão da distribuição de renda, do nível de educação da sua população, das condições de saúde, moradia e alimentação de seu povo, etc.

Logo, o objetivo desse capítulo é analisar a situação social do Brasil, estudando os números apresentado pelo país depois da implantação da política neoliberal e do processo de globalização. Por fim, e a medida do possível, será feito uma comparação dos resultados de cada uma das regiões brasileiras, com as demais.

3.2- Pobreza

O estudo “Uma Fotografia Recente da Pobreza Brasileira”, do economista Marcelo Neri, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra que a porcentagem de pobres no Brasil diminui de 33% para 25% entre 1994 e 1996, mas voltou a crescer a partir de 1997. Em 1998 alcançou 27,5% dos brasileiros, O decréscimo nos primeiros três anos é atribuído aos ganhos de renda das camadas mais pobres propiciados pela implantação do Plano Real. Em 1997, no entanto, essas vantagens começaram a se deteriorar em decorrência, principalmente, dos altos juros e da recessão. Essa pesquisa considerou como pobres, pessoas cuja a renda familiar per capita é insuficiente para adquirir alimentos de primeira necessidade e custear despesas básicas, como habitação e transporte. Esse custo foi estipulado em 132 reais em setembro de 1996, o que corresponde a 148,98 reais em junho de 1999.

A queda no número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza durante os primeiros anos do Plano Real também é confirmado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Segundo essa instituição, entre 1990 e 1996, o número absoluto de pobres diminuiu de 67,5 milhões para 55 milhões.

Além disso, segundo dados oficiais do governo federal, após a crise financeira brasileira, em 1999, o número de pobres no país ficou na marca 41,9 milhões de pessoas – o equivalente a 28% da população. Entretanto, a maioria se localiza nas regiões Sudeste e Nordeste, como pode ser comprovado pela tabela abaixo.

Tabela 8 – Distribuição da pobreza entre as regiões brasileiras

Indicador Regional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Número de pobres – em milhões, (1999)	2,2	18,9	14,0	4,3	2,5	41,9

Fonte: IBGE, 1999

Por sua vez, em 1998, o Brasil apresentava 21,1 milhões de menores de 18 anos (35% do total dessa faixa etária) vivendo em famílias que sobreviviam com uma renda per capita de até meio salário mínimo. Mais da metade deles (53%) moravam na região Nordeste, os números são do relatório do Unicef sobre a infância no mundo publicado em 1999. (Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 1999, Caderno Dinheiro, p.01)

Tabela 9 – Porcentagem de Crianças e Adolescentes Pobres por Região (%)

Regiões Brasileiras (1999)	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Crianças e Adolescentes pobres (%)	6,0	53,4	21,8	9,6	5,2	21,1

Fonte: Ministério da Saúde/ Inep/ IBGE/ Unicef, 1999

3.3- Distribuição de renda

Sabemos que na economia capitalista (que predomina atualmente na maioria dos países do mundo, inclusive no Brasil) a satisfação ou o atendimento das necessidades do ser humano dá-se pela compra de bens e serviços. Desse modo é o rendimento das pessoas que determinará o seu padrão de vida, isto é, sua alimentação, educação, habitação, saúde e muitas outras coisas. Assim sendo, o baixo nível de rendimento do trabalhador fará com que ele tenha uma vida precária, que viva em condições subumanas, sem possibilidades de aquisição de bens e serviços necessários à sua sobrevivência de forma digna.

Logo, a análise da distribuição da renda entre as classes sociais passa a ser fundamental para se entender não só o quadro social de qualquer país, mas também a situação econômica e política, pois, a distribuição de renda é um dos poucos campos da teoria econômica que consegue integrar intimamente à análise sociológica e política das classes que compõem o país, explicando com clareza o seu desempenho.

A partir dessa explicação, o presente capítulo procurará descrever as alterações ocorridas no nível de renda de acordo com as várias faixas econômicas que a população brasileira esteve dividida nos últimos 40 anos, com destaque para a década de 90, período, marcado pela inserção da economia brasileira no processo de globalização e no modelo neoliberal.

3.3.1- A Distribuição da Renda Nacional nas décadas 1960, 1970 e 1980

A distribuição da renda no Brasil, desde sua colonização sempre esteve muito concentrada, ou seja, uma minoria possui rendas altíssimas e a grande maioria da população vivendo com baixas rendas. E esse problema, ao invés de ser resolvido com a industrialização e a urbanização iniciada no país na década de 1930 e consolidado nas três décadas posteriores, fez-se agravar. Tal fato, pode ser comprovado pelos dados fornecidos pela tabela abaixo.

Tabela 10 – Distribuição de Renda no Brasil nas Décadas de 1960, 1970, 1980

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL NO BRASIL (entre a população economicamente ativa)			
	Participação nos rendimentos (%)		
	1960	1970	1980
Os 50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
Os 40% intermediários	43,0	38,4	36,5
Os 10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Os 1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)- Censos de 1960,1970 e 1980.

No quadro, torna-se visível o aumento dos rendimentos dos extratos situados da classe média alta para cima, ao longo desse período. Tais camadas constituíram o mercado para os bens duráveis e de luxo, um dos pilares do crescimento nacional. Ao invés de ampliar o mercado por meio de reformas que aumentariam o poder aquisitivo da maior parte da população, o governo criou um regime econômico no país que proporcionava um consumo semelhante ao dos países desenvolvidos, mas, somente para uma minoria da população.

De uma forma simplificada, podemos afirmar que esse aumento na concentração da renda nesse período, deveu-se aos reajustes dos salários reais ficarem abaixo da taxa de inflação.

As razões da queda dos salários reais, nesse período foram várias:

- Os sindicatos, que são órgãos de classe que visam defender os interesses das categorias profissionais neles representadas, foram fracos e pouco atuantes no período em questão (principalmente durante a ditadura). Em geral, não desempenharam seu papel de lutar por melhores condições salariais e de trabalho daqueles que representavam;
- A partir do final da década de 60, e durante toda a década de 70, houve muitas restrições ao direito de greve no Brasil, consequência do regime militar que estava em vigor no país. Sem o direito de greve, os trabalhadores brasileiros perderam a chance de lutar (reivindicar) por reajustes salariais iguais ou superiores à inflação, acarretando um retrocesso

nos níveis salariais e conseqüentemente no seu padrão de vida de grande parte da população; (Vesentini, 1986, pág. 113)

➤ Houve um aumento da rotatividade da força de trabalho nas empresas, isto é, as firmas passaram a demitir e a contratar (pagando menos) trabalhadores num ritmo rápido. Isso ocorreu e foi facilitado por causa da substituição, em 1967, do regime da indenização por tempo de serviço pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Pelo primeiro sistema, o trabalhador com menos de dez anos de serviço só podia ser demitido sem justa causa mediante prévia indenização, definida pelos anos de trabalho (um salário por ano); já o trabalhador com mais de dez anos de serviços permanente numa empresa não podia ser demitido, senão nos casos previstos em lei, ou mediante sua anuência em acordo, pelo qual faria jus a uma indenização em dobro (dois salários por ano). Pelo FGTS, as firmas passavam a recolher mensalmente uma cota em banco (8% do salário), que os trabalhadores resgatariam, caso fosse demitido sem justa causa. Naturalmente, esse sistema facilitou às empresas demitirem empregados, uma vez que a importância a ser paga já estava depositada em banco. Essa rotatividade foi também facilitada pelo ingresso das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho; (Vesentini, 1986, pág. 114)

➤ Outro fator que também aumentou a concentração de renda nesse período foi a falta de um sistema de assistência social, instituído, principalmente, de um seguro-desemprego (uma ajuda de custo que o trabalhador desempregado recebe do governo para o seu sustento e o de sua família, em geral um pouco menor que o salário mínimo local); (Vesentini, 1986, pág. 114)

➤ Além de todos esses fatores citados, existe mas um, que permanece até hoje a influenciar a má distribuição de renda pelo conjunto da população brasileira. Este fator é o sistema tributário brasileiro. Os tributos pagos pela população são constituídos principalmente por impostos indiretos (tais como o ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ou o IPI- Imposto Sobre Produtos Industrializados) e muito poucos pelos impostos diretos (como o Imposto de Renda). Como os impostos indiretos recaem por igual para todos, na prática o mais rico acabam pagando menos (em relação à porcentagem de seus rendimentos) do que o mais pobre.

Devemos ressaltar, que a manutenção do consumo durante essas décadas foi possível graças a uma ampliação sem precedentes do crédito ao consumidor. Tal expansão resultou do aumento do volume de capitais nas mãos das classes de mais alta renda. Estas compravam títulos das entidades financeiras, que dessa forma poderiam financiar as compras a crédito. Os compradores pagavam os produtos com altos juros para as financeiras, que passaram a obter grandes lucros. Tal circuito econômico desviou recursos em escala crescente da produção para o mercado financeiro e fez crescer a inflação, pelo aumento do consumo e da elevação da taxa de juros, o que por sua vez, prejudicou ainda mais a distribuição de renda .

Assim, todos esses fatores explicam por que a Renda a Nacional já estava tão concentrada e mal repartida antes da década de 90.

3.3.2- Os Anos 90 Antes do Real

Os anos 90 iniciaram-se para o povo brasileiro cheios de esperança e expectativas de dias melhores, pois, depois de quase trinta anos, o país tinha seu primeiro representante eleito pelo voto direto. Entretanto, tal sentimento não permaneceria por muito tempo.

Os fatos seguintes provariam que a promissora década não corresponderia ao sonhos de milhões de brasileiros por melhores condições de vida.

Prova disso é que, segundo dados apresentados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios), no ano de 1990, a parcela mais rica da população (10%) detinha mais de 51,5% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres possuíam apenas 11,2% da renda.

Tabela 11 – Distribuição em Porcentagem da Renda entre Classes Sociais em 1990, (%)

Distribuição de Renda no Brasil (entre a população economicamente ativa)	
	Participação nos rendimentos (%)
ANO	1990
Os 50% mais pobres	11,2

Os 40% intermediários	37,3
Os 10% mais ricos	51,5
TOTAL	100,0
O 1% mais rico	17,3

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do PNAD de 1990

A situação não melhorou no ano seguintes. No final de 1991, cerca de 40% da população brasileira – quase a metade, portanto - detinha apenas 7,9% da renda nacional, isto é, a concentração das riqueza nacional não só continuou como também aumentou. Foi sobre esse enorme contingente humano que desabou, mais uma vez, o peso dos efeitos da inflação, combinados com a recessão, o desemprego, a má administração e a falta de investimentos públicos em saúde, educação e saneamento básicos. Essa parcela da população acabou sendo também a mais vitimada pelas endemias e epidemias, que, devido exatamente à falta daqueles investimentos e de salários dignos, voltaram a assolar a população brasileira. Alguns indicadores de saúde no Brasil alcançaram os níveis dos países africanos, o que representou uma vergonha muita grande para uma nação que iniciou a década aspirando chegar ao Primeiro Mundo. No Nordeste brasileiro, por exemplo, a imprensa local denunciou para toda a nação o surgimento dos “homens gabirus” (gabiru é um tipo de rato) , uma sub-raça de nanicos, vítimas da miséria e da fome que, nos depósitos de lixo, disputavam com ratos e urubus sua alimentação.

Outro fato marcante nesse período foi que, não só a população mais carente teve sua situação agravada, mas também a classe média viu o seu poder de compra ser reduzido, prova disso, é que muitas famílias foram obrigadas a tirar seus filhos das custosas escolas particulares e transferi-los para a falida rede pública, que com raras exceções, mostram sua falência, não só no ensino, mas na fachada dos próprios prédios escolares; outras famílias viram-se forçadas a colocar seus filhos para trabalhar antes do terminar dos estudos, já que a renda dos país se tornou insuficiente para sustentá-la, pesando sobre isso também a queda de qualidade da alimentação diária (sem tempo e dinheiro para se alimentar corretamente, muitos trabalhadores trocaram a carne e o arroz por pães e massas, mais baratos).

De acordo com dados fornecidos pelo IPEA, um ano antes da implantação do Plano Real (já no governo Itamar Franco), os 20% mais ricos possuíam 65,6% da renda nacional e os 50% mais pobres detinham 10,4%.

3.3.3-A Renda Nacional no Plano Real

Com a introdução do Plano Real, veio a queda das taxas de inflação e um relativo ganho real nos salários dos trabalhadores brasileiros. Logo, esse processo, provocou inicialmente modificações positivas na distribuição de renda do país

Entretanto, essa melhoria foi extremamente restrita perante a imensa desigualdade já reinante no país. Prova disso, são os resultados apresentados pela tabela abaixo:

Tabela 12 – Evolução Recente do Crescimento e da Desigualdade – 1989/ 95

Anos	Crescimento do PIB Per Capito	Parcela da Renda dos 50% mais Pobres	Parcela da Renda dos 20% mais Ricos
1989	+1,4	11,8	62,4
1990	-5,9	12,3	62,7
1991	-1,3	13,6	60,2
1992	-2,3	12,9	61,3
1993	+2,7	12,2	62,2
1994	+4,3	10,4	65,7
1995	+2,7	11,6	63,3

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE

Em 1995, apesar da melhoria da distribuição da renda proporcionado pelo Plano Real, a parcela da renda em poder dos 50% mais pobres da população brasileira, não se igualava sequer, ao total que esse mesmo contingente possui em 1992.

Por sua vez, em 1997, quando a política do presidente Fernando Henrique baseada na sobrevalorização do moeda e na abertura da economia, começou a apresentar os primeiros sinais de enfraquecimento (como os altos índices de desemprego), a situação da distribuição de renda no país piorou ainda mais. Segundo dados do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 1997, os 20% mais da população brasileira detinha apenas 2,5% dos rendimentos nacionais, enquanto os 20% mais ricos concentravam 64,5% do total.

O índice de Gini, que mede o nível de concentração de renda no país, apresentou uma queda de 6,2% entre 1988 e 1998, redução considerada insignificante pelo presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna. (Folha de São Paulo, 20 de abril de 2000, capa)

Tabela 13 – Evolução do Índice de Concentração de Renda – 1988/ 98

Anos	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998
Índice de Gini	0,613	0,630	0,602	0,571	0,600	0,585	0,580	0,580	0,575

Fonte: Folha de São Paulo, 29 de abril de 2000-06-28

Devemos ainda destacar, que o Brasil continua a apresentar, uma grande disparidade não só entre as classes sociais mas também entre suas regiões geográficas. Prova disso, é a participação de cada região na produção do PIB nacional (Produto Interno Bruto) estimado em 775,4 bilhões de dólares em 1998 (desse total, a participava regional do Nordeste na sua formação era de 12,86%; a do Norte era de 4,34%; a do Centro-Oeste era de 6,84%; a do Sul era de 16,09%; e a do Sudeste era de 59,87%). (Brasil em Exame, 1999)

3.4 - Mercado de trabalho

Na última década o mercado de trabalho brasileiro passou por uma série de mudanças, provocadas pelas transformações ocorridas nas estruturas produtivas. Destacando dentre essas modificações a redução drástica do nível de emprego, a ampliação do mercado informal, e o crescimento da participação das mulheres.

A nível mundial, a situação também se agravou particularmente a partir das crises econômicas e financeiras que afetaram muitos países: a crise do México em 1992; a recessão japonesa e as quedas das bolsas asiáticas, em meados de 1997; a quebra da Federação Russa em 1998 e a sua moratória; etc. Prova disso, é que antes da crise asiática, existiam no planeta 140 milhões de desempregados, número que subiu para 150 milhões no final de 1998. (Organização Internacional do Trabalho – OIT, 1999)

Atualmente, entre 25% e 30% da força de trabalho do mundo (estimada em 3 bilhões de pessoas) vivem de subempregos ou em atividades que não são amparadas em regras nem benefícios legais. (Organização Internacional do Trabalho- OIT, 1999)

As principais causas apontadas pelas mudanças no mercado de trabalho no Brasil e no mundo, pela OIT, são:

- A revolução tecnocientífica do final do século, que transformou o sistema produtivo e viabilizou a automação. Com isso, milhares de empregos foram eliminados. O setor mais afetado foi a indústria;

- A estagnação econômica mundial, pois, se a economia do planeta estivesse em crescimento, o desemprego tecnológico setorial seria neutralizado pela criação de novos postos de trabalho (prova disso é a economia dos Estados Unidos).

- A abertura da economia ao capital externo, que leva as empresas nacionais a buscarem a diminuição de seus custos – o que quase sempre inclui demissões – para manterem-se competitivas à concorrência externa.

3.4.1- Desemprego

Em 1994, a taxa média de desemprego calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as seis principais capitais do país foi de 5,40% da população economicamente ativa (PEA). Já em julho 1998, esse valor alcança a histórica marca de 8,0% da PEA. A projeção do índice para todo o país indica que no período que vai de janeiro à agosto de 1999, 6,5 milhões de pessoas do total de 75,2 milhões da população economicamente ativa brasileira estavam desempregadas. (Folha de São Paulo, 1999, 2º caderno, pág. 01)

O fator que mais contribui para o aumento do desemprego, a diminuição da proporção de assalariados com carteira assinada, a terceirização da mão-de-obra e a redução dos níveis de salários foi a redução no ritmo de crescimento do país, de 4,2% em 1995 para 0,1% em 1998. (IBGE e Banco Central do Brasil, 1998) A abertura comercial iniciada no governo do presidente Collor de Mello, em 1990, também favoreceu esse aumento do desemprego, pois,

eliminou setores inteiros da indústria brasileira ao permitir a entrada de produtos estrangeiros com preços significativamente mais baixos que os nacionais. Isso obrigou à modernização das empresas nacionais que adotaram novas tecnologia, reduziram os custos e racionalizaram a produção (fatores que colaboram para a menor utilização de mão-de-obra). As crises externas, bem como o ataque especulativo na Ásia em 1997 e a moratória da Federação Russa, em 1998, agravaram a estagnação da economia brasileira, pois, tornaram os investidores internacionais mais apreensivos em aplicarem ou permanecerem com seu capital na economia brasileira, obrigando o Brasil a aumentar a já elevada taxa de juros, para compensar essa desconfiança. Por sua vez, a alta taxa de juros torna inviável, a tomada de empréstimos e financiamentos por parte das empresas nacionais, prejudicando assim a produção do país como um todo.

As regiões metropolitanas que mais sofreram com o desemprego aberto (encontram-se nesse segmento as pessoas que procuraram ativamente emprego no último mês e não exerceram nenhuma atividade na semana anterior à pesquisa) na década de 90 foram São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Tabela 14 – Porcentagem do Desemprego Aberto nas Regiões do Brasil – 1991/ 99

Desemprego Aberto: Evolução Anual nas Regiões Metropolitanas					
Meses	Taxa Média Nacional	São Paulo	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Ago/91	4,67	4,81	3,97	5,76	6,41
Ago/92	6,64	7,23	4,78	6,34	10,17
Ago/93	6,23	5,75	4,62	7,40	10,75
Ago/94	5,98	6,22	5,35	7,22	7,30
Ago/95	5,50	5,66	4,21	7,15	6,55
Ago/96	6,56	6,38	5,26	9,25	8,14
Ago/97	6,89	7,07	6,33	9,64	7,95
Ago/98	8,69	9,43	7,72	9,66	10,79
Ago/99	8,72	9,04	7,49	11,84	10,11

Fonte: IBGE, 1999

3.4.2- Trabalho Informal

Nos anos de 90 cresceu muito o setor informal no Brasil, passando a absorver grande parte dos trabalhadores demitidos pelo setor tradicional da economia.

Fazem parte do setor informal da economia toda atividade exercida por pessoas que atuam por conta própria ou por pequenos empregadores sem carteira assinada, exceto quando relacionado à agricultura.

Em 1997, um quarto da população economicamente ativa (12,9 milhões de pessoas) estavam no setor informal, ou um em cada quatro brasileiros ocupados, de acordo da pesquisa Econômica Informal Urbana, divulgada em 1999 pelo IBGE. Entre 1990 e 1997 esse segmento apresentava taxa de crescimento anual de 5,2%, enquanto o setor formal teve um decréscimo anual de 4%. Em outubro de 1997, o ramo da economia informal foi responsável pela movimentação de 12,9 bilhões de reais, quantia equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso é muito ruim para o país, pois, esse deixa de recolher impostos, logicamente perdendo receita (projeções do governo federal indicam que se todos os trabalhadores informais pagassem o INSS, o país arrecadaria 4,4 bilhões de reais). (IBGE, 1999)

Cerca de 20% das empresas da economia informal atuam em serviços pessoais (empregados domésticos não estão incluídos), domiciliares, de reparação (consertos), etc. empregando 18% dos trabalhadores desse setor. O comércio é a atividade predominante: representa 26% dos estabelecimentos e 27% da mão-de-obra empregada. A construção civil é responsável por 15,6%, e a indústria de transformação por 11,9%.

Em 1997, eram nas regiões Sudeste com 45,7% e Nordeste com 26,2% do Brasil que estavam concentrados a maioria dos trabalhadores informais do país . (IBGE, 1997)

Em relação ao perfil do trabalhador informal, 53% não completaram o 1º grau (ensino fundamental) e o rendimento médio mensal era de 240 reais. Essa situação, no entanto, se altera de acordo com a região, o tipo de atividade e o grau de instrução. (IBGE, 1997)

3.4.3- Rendimentos

A renda média do trabalhador brasileiro caiu 4,11% no primeiro semestre de 1999, de acordo com dados do IBGE. O enxugamento do mercado de trabalho é um dos fatores que explicam a diminuição dos rendimentos. Os trabalhadores autônomos são os mais atingidos, com um decréscimo de -7,3%. Apenas os empregados sem carteira assinada conseguiram fechar o semestre com resultado positivo (0,96%). Isso é explicado, segundo analistas, pelo fato de que muitos profissionais saem de uma empresa e são recontratados como autônomos, ganhando um pouco mais para compensar a perda de benefícios.

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (Dieese) que analisa o impacto dos cinco anos do Plano Real (1994-1999) sobre o rendimento do trabalhador da Grande São Paulo concluiu que a renda média, que havia crescido após o primeiro ano do programa, começou a diminuir em 1998 e continuou em queda em 1999. O rendimento médio real dos ocupados na área analisada passa de 806 reais em 1994 para 908 reais em 1995, mas recua para 877 reais em 1998. A queda prossegue em 1999, e a renda chega a 838 reais em agosto. Segundo o estudo, os trabalhadores mais pobres foram os mais afetados pela recessão em razão da baixa qualificação e escolaridade, que dificultam um novo recrutamento. Em agosto de 1999, o ganho máximo da parcela mais pobre da população (10%) atinge 152 reais. Em agosto de 1989 era de 217 reais.

3.5- Educação

Atualmente, sabe-se que a educação tornou não apenas necessária mais também fundamental para o sucesso econômico de qualquer pessoa ou país.

Em termos pessoais, saber ler, escrever, ter a capacidade de utilizar processos de informática e entender outras línguas é importantíssimo, entre outras coisas, para que o profissional possa se aprimorar e desenvolver melhor a sua atividade, independente de qual seja. Um agricultor, por exemplo, através da leitura de artigos ou matérias relacionadas a agricultura, pode melhorar a produtividade de suas terras, proteger o solo contra erosão ou geadas, ter maior facilidades e opções de comercialização do seu produto, conseguir interpretar um contrato de financiamento bancário, colocar-se a par da política do país e dos acontecimentos no mundo, enfim informa-se melhor e, com isso, melhorar seu padrão de vida.

Em termos macroeconômico, já se tornou claro, que nenhum país pode se desenvolver com uma grande parte de sua população analfabeta ou com baixo nível de educação. Pois, isso torna quase inviável, a implantação de qualquer novo tipo de tecnologia, seja na agricultura, na indústria ou na área de serviços.

3.5.1- A Educação no Brasil

Segundo os Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar), entre os anos de 1991 e 1996 o analfabetismo no Brasil recuou 1,08% anualmente. Nas três últimas décadas, a queda havia sido de 0,63% a cada ano, segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Entre 1996 e 1997, não houve queda no número de analfabetos no país. O relatório do Pnad mostrou ainda que o analfabetismo ocorre com maior frequência entre a população mais velha e nas regiões atrasadas e rurais do país. Prova disso é que cerca de 34% das mulheres acima de 50 anos de idade são totalmente analfabetas e é na região Nordeste que se concentra a maior parte dos analfabetos do país (28,7%).

Graças aos novos programas de alfabetização e dos incentivos do governo federal a permanência dos jovens na escola, o percentual de pessoas analfabetas vem diminuindo gradativamente, principalmente na parcela da população com menos de 29 anos de idade. Por exemplo, na faixa etária entre 15 e 19 anos a taxa analfabetismo é de 6%, sendo menor entre as mulheres (chegando até mesmo a 4% em alguns estados). Entre 25 e 29 anos, o percentual de analfabetos é de 8,1%, enquanto na população acima de 50 anos de idade, o índice é de 31,6%. (Pnad, 1997)

Tabela 15 – Taxa de Analfabetismo no Brasil (Por Faixa Etária e Porcentagem) – (%)

ANALFABETISMO – Taxa por faixa etária (%)							
Período	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
1970	33,6	24,3	26,5	29,9	32,9	38,5	48,4
1980	25,5	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
1991	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
1996	14,7	6,0	7,1	8,1	10,2	15,5	31,5
1997	14,7	5,7	7,1	8,6	10,2	15,2	31,6

Fonte: Pnad/ IBGE, 1997

Apesar do avanço nos últimos anos, ainda existe uma grande disparidade entre o atual quadro e o que deveria existir no país.

Prova disso é que, um país como o Paraguai, com um nível econômico e uma situação social muito inferior ao da economia brasileira, consegue ter números bem mais favoráveis do que os nossos (no Paraguai a taxa de analfabetismo corresponde a 8% da população adulta do país, no Brasil, o total de analfabetos equivale a 12,8% da população). Outro exemplo, da difícil situação do ensino no país, é que se o Brasil mantivesse o atual ritmo nas melhorias dos seus resultados pedagógicos, o tempo necessário para a erradicação do analfabetismo no país seria de 13 anos (ou seja, só em 2012). (Brasil em Exame, 1999, pág. 93).

Tabela 16 – Porcentagem da População Adulta Analfabeta (%)

ANALFABETISMO - % DA POPULAÇÃO ADULTA						
Anos	1989	1994	1995	1996	1997	1998
Porcentagem	23,0	15,9	15,6	14,7	13,7	12,8

Fonte: IBGE, 1998

Devemos lembrar, que o analfabetismo é apenas o início do problema do sistema educacional brasileiro, pois, o país ainda têm mais 50 milhões de pessoas que possui menos de quatro anos de escolaridade (quase um terço da população), essas pessoas são consideradas analfabetas funcionais, por serem incapazes de ler e entender textos mais complexos, como manuais ou guias de instruções (logo, são inaptos de trabalhar em fábricas e em muitas outras atividades). O estado que possui a maior taxa de analfabetos funcionais é o Maranhão (56,7%).

3.5.2- As Desigualdades Regionais

A melhoria dos indicadores educacionais nacionais observados nos últimos anos não refletiu na diminuição dos desníveis regionais e interestaduais. Ao contrário, chegando mesmo a apresentar resultados piores que os da década de 80.

Um exemplo, é que em 1980 o Nordeste, de acordo com o relatório “As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro”, produzido por Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep, possuía um índice de analfabetismo de 45% na população, com 15

anos ou mais. Isso equivalia a taxa percentual de 2,7 vezes maior que da região Sudeste (porcentagem de 16,3% da população) no mesmo período. Em 1996, a taxa de analfabetos do Nordeste diminuiu para 28,7% enquanto no Sudeste caiu para 8,7%. Logo, a diferença ampliou-se para 3,3 vezes. (Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1999, 3º caderno, pág. 05)

Tabela 17 – Porcentagem de Analfabetos por Região, nos Anos de 1970 e 1996

Taxa de analfabetismo						
Da população de 15 anos ou mais, %	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1970	33,6	36	54,2	23,6	24,7	35,5
1996	14,7	12,4	28,7	8,7	8,9	11,6

Fonte: IBGE, 1996

Em relação às taxas de transição entre séries do ensino fundamental, as diferenças regionais apresentadas no relatório também foram muito grandes. Por exemplo, a taxa de aprovação para 1ª série registradas no ano de 1997 na região Norte foi de 43% e no Nordeste foi de 45%, bem inferiores aos resultados do ano de 1989 das regiões Sul (64%) e Sudeste (70%).

Tabela 18 – Tempo Médio de Conclusão do Ensino Médio nos Anos de 1981 e 1997

Ensino Fundamental – Tempo Médio de Conclusão						
Em números de anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1981	11,8	13,0	13,7	10,7	10,8	12,1
1997	10,3	11,8	11,5	9,1	9,7	10,9

Fonte: INEP/ MEC

A situação se torna ainda mais dramática quando se analisa os números da repetência escolar. Em 1997, a taxa de repetência da 1ª série do ensino fundamental era de 55% no Norte e de 53% no Nordeste. Em 1989, essa taxa já era de 35% no Sul e de 29% no Sudeste. (Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1999, 3º caderno, pág. 05)

Tabela 19 – Taxa de Repetência na 1ª Série nas Regiões Brasileiras nos Anos de 1989 e 1997

Taxa de Repetência na 1ª Série						
Em %	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1989	48	62	63	29	35	48
1997	40	55	53	16	25	41

Fonte: INEP/ MEC

As desigualdades também aparecem em relação à formação dos professores. Em 1998, a maioria dos professores leigos encontravam-se lecionando nas regiões Norte e Nordeste, com 19,2% e 14,3% respectivamente do total de professores leigos do país. (Censo do Professor, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, 1998)

É também, nestas duas regiões, que o nível dos salário pagos aos professores é menor. Uma pesquisa realizada pela Fipe (Fundação Instituto Pesquisas Econômicas) mostra a discrepância salarial. Para uma carga horária de 20 horas semanais, o professor do Nordeste recebia R\$ 78, enquanto o professor da região Sul ganhava R\$ 233, no ano de 1997. (Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1999, 3º caderno, pág. 05)

3.6- Saúde e Alimentação

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMC), aproximadamente 1 bilhão de pessoas iniciaram o terceiro milênio sem usufruir a maioria dos benefícios descobertos e já utilizados nesse século pela medicina mundial – como medicamentos, vacinas, programas de saúde e equipamentos.

A falta de acesso ou não às inovações da ciência médica divide a humanidade, prova disso, são os diferentes índices de expectativa de vida existentes nos diversos países do planeta. Por exemplo, enquanto os homens de Serra Leoa, país subdesenvolvido da África, vivem em média 50 anos, as mulheres nascidas no Japão têm uma média de vida de 82 anos.

A expectativa de vida é um dos principais indicadores do padrão de saúde de uma sociedade. Porém, outros elementos também são importantes e se fazem necessários para se aferir a qualidade de vida da população, como o número de médicos e hospitais em relação ao total de indivíduos, a taxa de mortalidade, a taxa de natalidade, o nível de desnutrição, o número total de casos das principais doenças que afetam a população, etc.

É com respeito aos dados desses indicadores, no Brasil que trataremos agora.

3.6.1- A Saúde no Brasil

Apesar da grande concentração de renda e da carência em infra-estrutura sanitária em todo o território nacional, a expectativa de vida aumentou muito nos últimos anos. Entre 1940 e 1990 a expectativa de vida geral no país passou de 41,5 anos na década de 40, para 60 anos na década de 80 e para 67 anos e 5 meses em 1996 (alcançando uma média de mais de 5 anos por década). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1996). Os anos 70 registraram os maiores aumentos na taxa de expectativa de vida, pois, de 53,5 anos em 1971 chegamos à 61,8 anos em 1980. (Vesentini, 1986, pág. 91)

Entretanto, os números nacionais continuam a se diferenciar de região para região. Em 1996, a região Nordeste, apresentava, mais uma vez, os piores resultados, tanto em termos gerais (64,4 anos), como para o sexo masculino (61,4 anos) e feminino (67,5 anos) isoladamente. Enquanto, as regiões Sul com uma média geral de 70,2 anos (para o sexo masculino esse valor é de 66,5 anos e para o sexo feminino é de 74,0 anos) e Sudeste (taxa geral de 68,8 anos, para o sexo masculino a taxa é de 64,4 anos de vida e para o sexo feminino é de 73,4 anos). (Brasil em Exame, 1999, pág. 96)

A taxa de mortalidade infantil, também vem diminuindo ao longo das décadas, entre os brasileiros. Essa taxa refere-se ao total de crianças que morem no país antes de completarem um ano de idade, e costuma ser expresso por mil (‰). Na década de 80, a taxa ficava entre 95 e 100% , já em 1990 o índice era de 47,8 mortes a cada mil nascimentos, chegando a 36,1 em 1998. (Brasil em Exame, 1999, pág. 90)

O Nordeste foi a região que mais reduziu a taxa de mortalidade infantil entre todas as regiões brasileiras na década de 90 (essa diminuição correspondeu à 48%). Alguns estados em

particular, como Alagoas, Piauí, Pernambuco e Maranhão, também obtiveram resultados bastantes favoráveis. O aleitamento materno, incentivado pelo governo federal ao longo dos anos 90, foi um dos fatores que mais contribuiu para essa redução.

Contudo, segundo informações do Ministério da Saúde, mais da metade dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de vida continuam a ocorrer nas regiões Norte e Nordeste, que também concentram a maior proporção de mães adolescentes. Aproximadamente, 58% dos partos em meninas na faixa de 10 a 19 anos ainda são realizados nessas regiões.

Tabela 20 – Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil – 1994/98

Taxa de Mortalidade Infantil – óbitos por mil nascidos vivos					
Anos	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	39,6	38,4	37,5	36,7	36,1

Fonte: IBGE, 1999

A nível mundial, cerca de 12 milhões de crianças ainda morrem anualmente antes de completar 5 anos de vida, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMC). As doenças infecciosas que afetam o aparelho respiratório, além da diarreia, do sarampo e da malária, são as responsáveis pela maioria dos óbitos infantis. Em seguida aparecem as complicações que ocorrem no período pré-natal e durante o parto, como o tétano neonatal, a septicemia e a Aids. As nações em desenvolvimento e os países pobres da África e Ásia apresentam o maior número de mortes (uma em cada três crianças nascidas em países da África, como Serra Leoa ou Nigéria, não sobrevive até os 5 anos).

A respeito das taxas de natalidade, mortalidade (da população como um todo) e o crescimento vegetativo ou natural (é a diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade), pode-se perceber, que essas também vem caindo em todo o país. (Vesentini, 1986, pág. 163)

Tabela 21 – Crescimento Vegetativo no Brasil – 1940/ 98

Período	Taxa de natalidade (Por mil - ‰)	Taxa de Mortalidade (Por mil - ‰)	Crescimento Natural (Por mil - ‰)
1940-1950	44,4	20,9	2,35

1950-1960	43,2	14,2	2,90
1960-1970	38,7	9,8	2,89
1970-1980	33,0	8,1	2,49
1998	18,8	6,74	-

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1981 / Brasil em Exame, 1999, pág. 90

Com relação a taxa de natalidade, essa vêm diminuindo desde meados de 1950 até o último censo. As razões desse fato são vários:

- Com a urbanização e a concentração populacional em grandes centros urbanos, a idade média com que as pessoas passaram a se casar aumentou, e isso diminui a média de filhos por famílias, já que o período de fertilidade de um casamento que se iniciou com a idade de 30 anos para cada parceiro, por exemplo, será menor que outro que se iniciou com 16 anos para cada cônjuge. Sem mencionar que os encargos econômicos de se manter um criança em uma grande cidade é muito maior que no campo; (Vesentini, 1997, pág. 164)

- Ainda com respeito a urbanização, nas cidades, em geral, existe um ideal de números de filhos menor que no meio rural. Isso ocorre, porque os cuidados para criá-los devem ser bem maiores: há falta de espaço para as crianças brincarem, há necessidade de alguém levá-las à escola, existe muito mais violência, etc.; (Vesentini, 196, pág. 164)

- Na última década, popularizou o uso no Brasil dos anticoncepcionais

- Existem muitos outros fatores que também contribuíram para a diminuição da natalidade como o aumento no número de abortos, a desnutrição (em alguns casos, pode inibir a ovulação feminina ou provocar mortalidade intra-ulterina), etc. (Vesentini, 1997, pág. 164)

Quanto as causas que reduziram taxa de mortalidade no país, podemos destacar algumas:

- A disseminação do uso de sulfas, antibióticos e inseticidas que possibilitou o controle de um grande número de enfermidades simples que decretavam a morte prematura de grande parte da população brasileira; (Vesentini, 1997,pág. 163)

- O aumento do número de médicos, dentistas, hospitais públicos, hospitais filantrópicos e universitários em todo o território nacional (devemos ressaltar que o número total de leitos de hospitais credenciados SUS – Sistema Único de Saúde - no país diminuiu nos últimos anos);

Tabela 22 - Número Total de Hospitais Disponíveis a População – 1994/ 99

Anos	Hospitais Credenciados ao SUS – em mil unidades	Hospitais da Rede Pública – em mil unidades	Hospitais Filantrópicos e Universitários – em unidades
1994	6,37	1,90	157
1995	6,35	1,95	158
1996	6,39	2,02	160
1997	6,41	2,12	147
1998	6,39	2,15	154
1999	6,40	2,18	155

Fonte: Brasil em Exame, 1999, pág. 90

Tabela 23 – Número Total de Médicos, Dentistas e Leitos Disponíveis – 1994/ 99

Anos	Médicos em Atividade – por mil habitantes	Dentistas em Atividade – por mil habitantes	Leitos nos Hospitais Credenciados – em mil unidades
1994	1,30	1,04	508,7
1995	1,32	1,05	500,3
1996	1,31	1,10	499,7
1997	1,32	1,11	496,7
1998	1,35	1,17	490,6
1999	1,43	1,19	491,0

Fonte: Brasil em Exame, 1999, pág. 91

- Apesar de não estar disponível a toda a população, o melhoramento na infra-estrutura sanitária, também favoreceu a queda da taxa de mortalidade, etc. ;

Para finalizar, devemos ressaltar, que apesar da diminuição da taxa de mortalidade, de mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida no Brasil nos últimos anos, o país continua a conviver com doenças que a muito já estão erradicadas nos países desenvolvidos da Europa e na América do Norte.

Doenças como a tuberculose, dengue, malária, cólera, hanseníase e leishmaniose a muito já deveriam ter sido banidas ou pelo menos controladas pelas autoridades de saúde brasileira.

Tabela 24 - Doenças Infecciosas – Evolução do Número de Casos – 1991 e 1998

Anos	Cólera	Dengue	Hanseníase	Leishmaniose	Malária	Tuberculose
1991	2.103	97.209	30.094	28.450	541.927	84.990
1998	2.745	536.398	30.444	29.432	271.993	83.309

Fonte: Ministério da Saúde, 1999

Devemos ressaltar ainda, que por causa de grande parte das crianças e adultos brasileiros serem desnutridos, qualquer tipo de doenças torna-se muito mais fácil de ser contraída e difícil de ser tratada (segunda a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -, o nível mínimo necessário diário de calorias para uma pessoa que vive na América Latina seria de 2.200 a 2.600). (Adas, 1992, pág. 36)

A esse respeito, em 1994, no Brasil, a região Nordeste era a que apresenta o maior índice de crianças menores de 1 ano desnutridas. O estado de Alagoas tem 16,29% de suas crianças nessa situação, a Paraíba possui 15,34%, e o Maranhão 13,39%. As principais carências são de vitamina A e ferro (crianças desnutridas tem duas vezes mais chances de morrer antes de completar um ano do que uma criança saudável). (Pnad, dados do Censo de 1994)

No mundo, a desnutrição, atinge um total de 800 milhões de pessoas (a maior parte crianças). Metade da população infantil do mundo atual é pobre e um terço não tem acesso às 2,5 mil calorias necessárias diariamente para o desenvolvimento normal. Nos países em desenvolvimento, um em cada cinco bebês nasce com peso inferior a 2,5 quilos, geralmente por causa da desnutrição da mãe, e morre ainda no período de aleitamento ou durante a primeira infância. As crianças de países da África, América Latina e Ásia são as mais afetadas

por esse problema. A carência alimentar provoca fraqueza e anemia, atrasa e compromete o crescimento e prejudica o desenvolvimento das funções cerebrais. (OMC – Organização Mundial de Saúde: Relatório sobre a Fome no Mundo, 1998)

3.7 - Habitação

O número de domicílios existentes no país em 1998 era de 41.839.703 (em 1994 era de 34,7 milhões). Desses total de moradias, 81,2% estão nas cidades (no mundo, que possui atualmente 6 bilhões de habitantes, metade já vive na área urbana). A média de pessoas vivendo por domicílios caiu de 4,3 em 1981 para 3,8 em 1998. Essa, tendência de queda observada em todas as regiões brasileiras é resulta da diminuição dos índices de fecundidade feminina, da menor duração das uniões e do maior número de pessoas que vivem só. (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Pnad, 1998, IBGE)

No ano de 1997, apenas 40,75% dos domicílios de todo o país estavam ligados à rede coletora de esgoto; 77,75% estavam ligados à rede geral de abastecimento de água; 93,94% possuíam acesso a energia elétrica; e só 68,77% eram atendidos pela coleta direta de lixo, (a região Nordeste apresenta os piores índices do Brasil para todos os itens mencionados). (Brasil em Exame, 1999)

Em 1998 a habitação era o principal gasto familiar no Brasil, correspondendo em média a 29,19% do orçamento das famílias. (Pesquisa sobre Orçamento Familiar – POF, 1998, IBGE). A grande maioria dos domicílios são próprios (73,6%). Essa proporção cresceu nos últimos anos (em 1991, do total de moradias existentes no país, 69,8% eram próprias) motivado pelos programas de financiamento habitacional do governo federal. Em 1998, ainda existiam 12,3% de moradias cedidas e 0,5% em outras condições, como invadidas, por exemplo.

Porém, muitos dos imóveis invadidos, emprestados, alugados e até mesmo próprios estão localizados em áreas inadequadas. Isso, ocorre porque, sem condições de arcar com o alto custo das habitações regulares, grande parte da população brasileira se vê excluída do mercado imobiliária legal e busca meios alternativos de moradia, acelerando assim o surgimento de favelas e cortiços, totalmente carentes de infra-estrutura e situadas em locais de

riscos e distantes de áreas onde são prestados serviços básicos como saúde, educação e transporte, o que contribui para piorar ainda mais os índices de qualidade de vida nessas localidades.

O último Censo, realizado em 1991, registrou cerca de 1 milhão de moradias situadas em favelas, com uma população de 4,4 milhões de pessoas. Sendo que a maioria está concentrada em São Paulo (29,8%) e no Rio de Janeiro (24,8%). Há estimativas mais recentes para algumas cidades brasileiras. Em São Paulo, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) de 1993, o número de pessoas vivendo nas favelas em 1993 chegava a 1,9 milhões, distribuídas em 379 moradias, ou seja, quase 20% da população do estado, (em 1987 existiam 150 mil habitações e 812 mil favelados em São Paulo).

Na cidade do Rio de Janeiro, a população residente em favelas aumentou 32% de 1981 a 1991 atingindo a marca de 1 milhão de pessoas, o que corresponde a 18% total da população do município. Desse total, cerca de 30 mil vivem em locais de riscos, à beira de rios ou em áreas de desabamento nas encostas de morros. Um estudo mais recente feito pelo a ONU em algumas cidades do mundo, apontou que, em 1998, cerca de 34% dos cariocas viviam em favelas.

Os cortiços (moradia coletiva habitada por múltiplas famílias), por sua vez, revelam condições de vida ainda piores que os já apresentados nas favelas. Pesquisa realizada para a Fipe em 1993 estimou em 23.688 o número de imóveis usados como cortiço em São Paulo, com um total de 160.841 famílias, ou 595.110 pessoas. Esse contingente de moradores representa 6% da população paulista. Dividido em vários cômodos (em média 8,5), usados para múltiplas finalidades, o cortiço tem um número médio de moradores por cômodo superior aos das favelas: 2,5 pessoas no cortiço e 1,7 na favela. Além disso, as instalações sanitárias são de uso comum: a média de pessoas por chuveiro, por exemplo, é de 6,3.

3.8 - Violência e Criminalidade

A violência associada à criminalidade (relacionada a roubo, a furto, ao tráfico., etc.) cresceu muito no Brasil na década de 90. De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em 1980 a porcentagem desse tipo caso em relação ao total de

casos registrados que envolviam violência era de no máximo 20%. Já na segunda metade de década de 90 esse índice atinge 37%.

O número de homicídios também aumentou muito nos últimos anos. Passando de 45,4 mil mortos em 1997 para 51,2 mil em 1998, conforme dados do Ministério da Justiça, o que corresponde a uma média de 140 mortos por dia (esse número é tão alarmante, que é 3,5 vezes maior que o número de soldados americanos mortos em 1968, no auge da guerra do Vietnã – 16,6 mil).

O tipo de crime mais comum no Brasil em 1998, é o furto (tipo de crime em que não se usa violência), com 996,2 mil casos registrados; em segundo lugar aparece o roubo (delito em que se usa a violência ou ameaça), com 478,8 mil casos; seguindo logo atrás, esta o latrocínio, com 1,4 mil casos. Existem ainda outros tipos de crimes com números bastantes elevados no país, como número de estupro (13 mil casos), a posse e o tráfico de drogas (18,9 mil casos); etc. (IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia, 1998)

A maior parte dos crimes violentos acontecem nas grandes cidades do Brasil. Em 1998, do total de homicídios que aconteceram em todo o país, 56,7% foram nas capitais.

Nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro tornaram-se comuns as chacinas (um tipo de crime em que são assassinatos mais de três pessoas). Só em São Paulo foram registrados 62 casos, com 214 mortos, entre janeiro e outubro de 1999. Quase sempre esse tipo de crime esta relacionado ao tráfico de drogas. (Secretária de Segurança Pública, 1999)

Observa-se também, que a grande concentração da violência esta nas periferias das capitais brasileiras. Locais onde existe baixo nível de renda, as condições de vida são muito precárias, com carência de serviços de saneamento básico, saúde, educação e transporte, criando assim uma sensação de exclusão social nos moradores (nos jovens, esse sentimento é reforçado pela falta de opções de lazer, de perspectivas de emprego, etc.).

3.9 - Notas Conclusivas

Esse capítulo iniciou-se com o objetivo de estudar o quadro social brasileiro, ao longo da década de 90, escolhendo como variáveis a distribuição de renda; o nível de emprego; o grau de educação; a situação da saúde e alimentação; e as condições de habitação da população do país de uma forma geral.

Por ironia ou não, terminado a análise do capítulo, podemos perceber que ao invés de distribuição de renda acabamos muito mais, estudando a concentração; ao contrário do nível de emprego, foi examinado a taxa de desemprego e a situação do mercado informal; no lugar da educação foram medidos os índices de analfabetismo e de repetência; diferente de saúde, alimentação e habitação constatamos muito mais as epidemias, endemias, alto nível de desnutrição e a falta de condições básicas de infra-estrutura que ainda assolam a população brasileira;

No cenário externo, quando comparado com a situação de outros países, o quadro social brasileiro, principalmente em relação a concentração de renda, e a porcentagem de analfabetos ainda está muito longe do esperado. O pior, é que essa comparação não se limita apenas aos países desenvolvidos, pois, em vários indicadores, o Brasil, fica atrás, até mesmo dos países da América Latina.

Logo, podemos perceber, que apesar do Brasil ter implantado, consolidado e utilizado ao longo de toda a década de 90 as políticas neoliberais e os princípios da globalização, não só na área econômica, como também na área social os resultados foram bastante negativos (essas medidas acabaram por aumentar e aprofundar as desigualdades entre as classes sociais e as disparidades entre as regiões do país).

Conclusão

O estudo que foi exigido, na elaboração da monografia em pauta, permiti-nos afirmar as seguintes conclusões.

O Brasil, motivado pelas mudanças de rumo da economia internacional, mudanças essas, marcada por um intenso processo de abertura e interligação das economias, optou no final dos anos 80 e início dos anos 90 por uma política de liberalização comercial, abandonando assim a antiga política protecionista que vinha sendo adotada.

Cada vez mais, os líderes brasileiros, estabeleceram normas legais tendo como objetivo a adequação do país ao novo contexto mundial (neoliberalismo e globalização). Para isso, restringiram a participação do Estado na economia, principalmente através da venda das estatais; promoveram uma abertura comercial (rápida demais para os padrões brasileiros); além de seguirem o receituário do Consenso de Washington (com contenção dos gastos públicos, abertura do setor financeiro da economia, elevação das taxas de juros, etc.)

Essas mudanças, trouxeram consigo muitas consequências.

A estratégia de financiar o desequilíbrio das contas internas através do capital proveniente do exterior, ao longo de todos os planos de estabilização implantados no Brasil na década de 90 (Plano Collor, Plano Collor 2, Plano Real), capital esse, atraído pelas altas taxas de juros teve, um alto preço para o país.

As altas taxas, além de aumentarem os custos da dívida pública, comprometeram seriamente a atividade produtiva e o nível de emprego, uma vez que desestimularam os investimentos internos (deixando a economia nacional cada vez mais dependente e vulnerável do capital externo)

No Plano Real, a sobrevalorização da moeda, ainda proporcionou a transformação da balança comercial de superavitária em deficitária, prejudicando a já caótica situação do balanço de pagamentos.

A ausência de um ajuste fiscal coerente, por sua vez, impossibilitou que se mantivesse um quadro de estabilidade e, no Plano Real, isso tem distanciado as possibilidades de crescimento. Como resultado, tais mudanças trouxeram, indiscutivelmente, no curto prazo um efeito negativo na área social.

A distribuição de renda permaneceu muito concentrada no país; o número total de pessoas vivendo na mais absoluta miséria aumentou; os níveis de educação, saúde e alimentação permaneceram muito ruim; as condições de habitação dos lares brasileiros ainda estão muito longe do ideal; e o mercado de trabalho (desemprego) juntamente com a violência tornaram-se nos maiores problemas a serem resolvidos.

Logo, a partir de todos os resultados apresentados por esse trabalho, a indagação de uma questão se faz necessário. Será que o neoliberalismo é realmente o melhor modelo econômico-político a ser seguido pelo Brasil ?

Bibliografia

- ADAS, Melhem. **A América: Noções sobre o Subdesenvolvimento e o Desenvolvimento Mundial**; Geografia, Vol.3, 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1992.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**, 14ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atual, 1991.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 239-321.
- FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Editora Ática S. A., 1995
- FURTADO, Maria Isabel A. **Ideologia Liberal: Caracterização. Texto da Disciplina de Evolução das Idéias Sociais**, 1997
- GONÇALVES, R. (et. al). **A Nova Economia Internacional – Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1998
- IANNI, Octavio. **Sociedade Global**, 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [On line]. Disponível na Internet.: www.Ibge.gov.br. Dados capturados em 18 de maio de 2000
- IPEA. **O Brasil na Virada do Milênio: Trajetória do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento**; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Vol.1, Brasília: IPEA, 1997.
- IPEA. **Perspectivas da Economia Brasileira**; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Vol.2, Rio de Janeiro: IPEA, 1993
- LACERDA, Antônio Corrêa de. **Os Paradoxos da Política Econômica do Real**. In: SAWAYA, R. (Org.). **O Plano Real e a Política Econômica**. São Paulo: Educ, 1996.

- _____. **O Impacto da Globalização na Economia Brasileira**, 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998
- MATTEI, Lauro. **Breves Considerações Sobre a Globalização**. São Paulo, 1993, p. 65-76
- MOTA, Myriam B.; BECHO, Patrício R. **Das História das Cavernas ao Terceiro Milênio**, 1ª ed., São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- OLIVEIRA, G. **Brasil Real – Desafios Pós- Estabilização na Virada do Milênio**. São Paulo: Editora Mandarim, 1996.
- ROMÃO, M. C. **Pobreza: Conceito e Mensuração**. Recife: Editora Universidade da UEPE, Mc. Graw-Hill do Brasil, LTDA, 1976
- SADER, Emir; GENDILI Pablo. **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Demográfico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobreza e Desigualdades no 3º Mundo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1994.
- SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1998.
- SINGER, P. **O Brasil na Crise – Oportunidades**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.
- SINGER, Paul. **Um Histórico da Globalização, In: Encontro Nacional de Economia Política**, São Paulo; PUC, 1997.
- STEWART, Jr. D. **O que é o Liberalismo**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Liberal Editora, 1996.
- VASCONCELLOS, M. A. S. (et. al). **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

VESENTINI, José William. **Brasil: Sociedade e Espaço**. 3ª e 27ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

WERNECK, Nelson. **A Farsa dos Neoliberalismo**. Rio de Janeiro, Editora Grephie, 1995

Ministério do Trabalho – Assessoria Especial do Ministro, Emprego no Brasil: Diagnóstico e Política. Brasília: 1998.

Periódicos Consultados

Apostila do Concurso do Banco do Brasil para Escriturário, Modulo de Atualidades Econômicas, Rio Grande do Sul, Julho de 1999.

EXAME, Brasil em Números São Paulo, 700ª ed., 1999

Lua Nova – Revista de Cultura e Política, Nº 32, Rio de Janeiro, 1994

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 1, 27 de junho de 1999

Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, pág. 5, 13 de agosto de 1999

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 1, 19 de setembro de 1999

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 2, 14 de dezembro de 1999

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, Capa, 20 de abril de 2000

Folha de São Paulo, Caderno de Dinheiro, pág. 1, 29 de abril de 2000

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 1, 16 de junho de 2000

Gazeta Mercantil, pág. 3, 12 de abril de 2000

VEJA, 10 de março 1999, pág. 39